

Relatório de Atividades – 2019



O Relatório de Atividades é o instrumento oficial que demonstra as realizações, resultados alcançados e a gestão dos recursos públicos pelo Brasília Ambiental no exercício de 2019. Este documento compõe o Relatório de Atividades do Governo do Distrito Federal e a Prestação de Contas Anual do Governador (Lei Orgânica do Distrito Federal e Resolução nº 296/2016 - TCDF).

HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

O Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental, foi criado pela Lei nº 3.984, de 28 de maio de 2007, publicada no DODF em 30 de maio de 2007; reestruturado pelo Decreto nº 36.715, de 31 de agosto de 2015, e alterações; posteriormente foi alterado pelo Decreto nº 39.158, de 28 de junho de 2018; regulamentado pelo Decreto nº 39.558 de 20 de dezembro de 2018, que instituiu o atual Regimento Interno. É uma entidade autárquica de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Estado Meio Ambiente, que tem por finalidades o disposto no artigo 2º de sua Lei de criação:

- I. executar e fazer executar as políticas ambientais e de recursos hídricos do Distrito Federal;
- II. controlar e fiscalizar, com poder de polícia, o manejo dos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal, bem como toda e qualquer atividade ou empreendimento que cause ou possa causar poluição ou degradação do meio ambiente e dos recursos hídricos.

Para alcançar suas finalidades, as principais competências, descritas no artigo 3º de sua Lei de criação, bem como no artigo 3º de seu Regimento Interno, são:

- I. propor normas e padrões de qualidade ambiental e dos recursos hídricos;
- II. definir normas e padrões relativos ao uso e manejo de recursos ambientais e dos recursos hídricos;
- III. propor e desenvolver ações de promoção, proteção, conservação, preservação, recuperação, restauração, reparação e vigilância dos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal;
- IV. propor a definição e executar o controle dos zoneamentos ambientais e do zoneamento ecológico econômico;
- V. proceder à avaliação de impactos ambientais;
- VI. promover o licenciamento, a autorização, a fiscalização e o monitoramento de atividades, empreendimentos, produtos e processos considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como daqueles capazes de causar degradação ambiental, em todo o território do Distrito Federal;
- VII. propor a criação e promover a gestão e a administração de todas as unidades de conservação e todos os parques sob domínio do Distrito Federal, bem como de outras áreas protegidas;
- VIII. implantar e operacionalizar sistemas de informações e de monitoramentos ambientais e de informações sobre os recursos hídricos;
- IX. fiscalizar e aplicar penalidades administrativas pelo não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental, nos termos da legislação em vigor;
- X. planejar e desenvolver programas de educação ambiental;
- XI. promover a proteção e o manejo integrado de ecossistemas, de espécies, do patrimônio natural e genético e de representatividade ecológica do Distrito Federal;

- XII. disciplinar, cadastrar, licenciar, autorizar, monitorar e fiscalizar atividades, processos e empreendimentos, o uso e o acesso aos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal;
- XIII. regulamentar, analisar, registrar e controlar a produção, armazenamento, transporte, comercialização, utilização e a disposição final de produtos perigosos, no que tange à proteção ambiental, em atividades agrossilvopastoris, industriais, comerciais e de prestação de serviços, conforme legislação em vigor;
- XIV. desenvolver ações de assistência e apoio às instituições públicas e à sociedade, em questões de acidentes e emergências ambientais e de recuperação e melhoria da qualidade ambiental;
- XV. promover o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e o apoio à adoção de tecnologias limpas, ao extrativismo e às populações tradicionais;
- XVI. aplicar, no âmbito de sua competência, os dispositivos e acordos nacionais e internacionais relativos à gestão ambiental e dos recursos hídricos;
- XVII. prevenir, monitorar e controlar desmatamentos, queimadas e incêndios florestais;
- XVIII. julgar, em primeira instância, os recursos interpostos aos autos de infração e notificações oriundos do exercício do poder de polícia administrativa do Instituto;
- XIX. fazer recolher, junto à conta da autarquia, preços públicos de licenciamento ambiental e dos recursos hídricos, multas, taxas de fiscalização ambiental e de recursos hídricos e recursos oriundos de compensações ambientais, entre outros, nos termos da legislação vigente.

FORÇA DE TRABALHO

FORÇA DE TRABALHO					
Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	20	34	64	206	324
Comissionados sem vínculo efetivo	36	36	0	0	72
Requisitados de órgãos do GDF	4	1	3	9	17
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	12	28	40
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	3	0	3
Terceirizados (FUNAP)	0	0	11	15	26
Outros - especificar	0	0	1	19	20
Subtotal	60	71	94	277	502
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	13	7	20
Total Geral	60	71	81	270	482

* A rubrica "Outros" é composta por 7 (sete) integrantes da Força Tarefa do Licenciamento Ambiental e 13 (treze) professores da Secretaria de Estado de Educação que, por meio de convênio, fazem parte do Projeto Parque Educador.

Em 2019, o total geral da força de trabalho ao final do período foi de 482, contra 528 em 2018. Além da flutuação usual de nomeações e exonerações, a diferença se justifica, sobretudo, pelo fim do programa Jovem Candango, ocorrido em novembro de 2019. A quantidade reportada na tabela de Menor Aprendiz corresponde a três jovens aprendizes gestantes. A expectativa é que o programa seja restabelecido em 2020, visto a importância desses estudantes nas atividades de apoio nos diversos órgãos, bem como sua relevância social.

Destaca-se que durante o exercício o Brasília Ambiental incorporou à sua força de trabalho 134 brigadistas de combate a incêndios florestais. O processo se deu por meio de contratação simplificada, com os combatentes exercendo suas atividades no período de junho a novembro.

Um ponto de atenção que merece ser ressaltado é que, pela primeira vez desde a posse dos servidores concursados em 2009, o Brasília Ambiental descumpriu os dispositivos da Lei Orgânica do Distrito Federal e da Lei Complementar nº 840/2011 quanto ao percentual mínimo de cargos em comissão ocupados por servidores de carreira. Ao final do mês de dezembro, os cargos ocupados por servidores sem vínculo representou 55% do total existente, quando o limite legal estabelecido é de 50%. Espera-se que durante o ano de 2020 essa distorção seja corrigida, e assim, sanada a não conformidade.

Para solucionar o déficit de servidores efetivos que compõem a força de trabalho, estão planejadas para 2020/2021 duas ações: um chamamento público e um concurso público.

O objetivo do chamamento público é divulgar a oportunidade para servidores da carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental, lotados em outras unidades do GDF, de fazerem parte do quadro do Brasília Ambiental. Quanto ao concurso, em razão da promulgação da Lei nº 6.448/2019, dispozo sobre alterações na carreira de Planejamento e Gestão Urbana e Regional e migrando para essa carreira servidores de Atividades do Meio Ambiente de especialidades específicas, abriram-se vagas no Brasília Ambiental que, alinhadas com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, possibilitarão a realização de um novo concurso.

REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	10.000,00	8.600,00	0,00	0,00
5882 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	8.500,00	0,00	0,00
2667 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10.000,00	10.000,00	6.614,66	6.011,00
5209 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	10.000,00	5.514,56	5.011,00
1994 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00
0001 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00
1999 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00
0001 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00
2634 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL	30.000,00	30.000,00	4.974,28	4.974,28
0001 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	30.000,00	30.000,00	4.974,28	4.974,28
3744 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL - IBRAM/DF	0,00	1.500,00	0,00	0,00
0001 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL - IBRAM/DF-DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL - IBRAM/DF-DISTRITO FEDERAL	0,00	1.500,00	0,00	0,00
4096 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	10.000,00	10.000,00	387,00	387,00
0001 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	10.000,00	387,00	387,00
4096 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	20.000,00	20.000,00	2.443,00	2.443,00
0001 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	20.000,00	20.000,00	2.443,00	2.443,00
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	140.000,00	140.000,00	13.318,84	12.816,28

Quanto à Gestão da Informação e Sistemas de TI, houve a contratação de serviços para a manutenção e atualização do software SophiA Biblioteca, possibilitando acompanhar as atualizações e as mudanças evolutivas do software, além das necessidades habituais e da solução de problemas evitando, desta forma, a perda de informações e recursos, de tal forma que a ferramenta não entre em processo de desatualização. Por conseguinte, tal contratação assegura o aumento da qualidade e da segurança do software utilizado. A utilização da ferramenta teve como objetivo principal o atendimento das necessidades informacionais do corpo técnico deste Instituto no desenvolvimento de suas atividades, assim como, do público externo em geral, já que a disponibilização da informação é feita também no Portal do Brasília Ambiental. A utilização da ferramenta permite que seja feita a reunião, a organização e a

disponibilização de normas legais/atos normativos do Brasília Ambiental, assim como da legislação de interesse do Instituto, tanto no âmbito do Distrito Federal como nas esferas municipal, estadual, federal e internacional.

No que se refere à Modernização e Ampliação do Monitoramento Ambiental, foram adquiridas peças e consumíveis para os diversos equipamentos de monitoramento (ar, água, etc.), bem como contratados os serviços de calibração de sensores.

Nos programas de trabalho para gastos vinculados aos processos de Fiscalização e Licenciamento Ambiental foi possível realizar a contratação de empresa especializada para o fornecimento de Certificação Digital e a aquisição de corantes líquidos, para uso durante a realização de vistorias, proporcionando à equipe técnica a possibilidade de conferir o destino final dos efluentes gerados nos empreendimentos licenciados.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0,00	36.000,00	0,00	0,00
0324 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PARQUE INFANTIL NO PARQUE JEQUITIBAS EM- SOBRADINHO	0,00	36.000,00	0,00	0,00
2543 - PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS	10.000,00	10.000,00	1.366,85	1.366,85
0001 - PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	10.000,00	1.366,85	1.366,85
2562 - MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	382.796,00	763.426,00	747.784,52	671.545,27
0001 - MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	382.796,00	463.426,00	447.784,52	446.882,13
0003 - MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO-MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	0,00	300.000,00	300.000,00	224.663,14
2567 - GESTÃO DE FLORA E RECURSOS FLORESTAIS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00
0001 - GESTÃO DE FLORA E RECURSOS FLORESTAIS-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00
3070 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
0003 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	60.000,00	60.000,00	59.997,63	59.997,63
0001 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	60.000,00	60.000,00	59.997,63	59.997,63
4098 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS E BIODIVERSIDADE	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
0001 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS E BIODIVERSIDADE-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
4190 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
0001 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
4235 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL	0,00	100.000,00	89.340,00	89.340,00
0002 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL-PROJETO PARQUE EDUCADOR -DISTRITO FEDERAL	0,00	100.000,00	89.340,00	89.340,00
2536 - GESTÃO DA FAUNA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
0001 - GESTÃO DA FAUNA-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
2536 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA	1.200.000,00	2.824.888,00	2.366.215,47	2.366.215,47
0001 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	1.200.000,00	2.474.888,00	2.123.915,47	2.123.915,47
0004 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-Sanidade e controle reprodutivo da fauna-DISTRITO FEDERAL	0,00	260.000,00	142.300,00	142.300,00
0005 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-CONTROLE REPRODUTIVO DE ANIMAIS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA - RA XIII- SANTA MARIA	0,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
9088 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA	0,00	2.466.735,00	2.317.735,00	2.317.735,00
0001 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-MANUTENÇÃO DO HOSPITAL VETERINÁRIO PÚBLICO - HVET-DISTRITO FEDERAL	0,00	920.000,00	920.000,00	920.000,00
0002 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA - HOSPITAL PÚBLICO VETERINÁRIO- TAGUATINGA	0,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00
0003 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-DISTRITO FEDERAL	0,00	346.735,00	217.735,00	217.735,00
0004 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-MANUTENÇÃO DA UNIDADE ITINERANTE DE CASTRAÇÃO GRATUITA DE CÃES E GATOS-CASTRAMÓVEL-PETMOVEL-DISTRITO FEDERAL	0,00	480.000,00	480.000,00	480.000,00
0005 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-DISTRITO FEDERAL	0,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00
2551 - ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS AMBIENTAIS	10.000,00	10.000,00	8.289,14	8.289,14
0001 - ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS AMBIENTAIS-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	10.000,00	8.289,14	8.289,14
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1.742.796,00	6.331.049,00	5.590.728,61	5.514.489,36

Quanto à Prevenção de Riscos Ambientais, os gastos foram alocados para a contratação da prestação de serviços de empresa seguradora para emissão de apólice de seguro acidente para os brigadistas de incêndios florestais contratados pelo Brasília Ambiental, que exerceram suas atividades nos Parques e Unidades de Conservação no âmbito do Distrito Federal.

O montante empenhado a título de gastos com Manutenção de Unidades de Conservação corresponde, basicamente, às despesas realizadas com energia elétrica, telefonia, água e esgotamento das sedes administrativas descentralizadas dos Parques e Unidades de Conservação, além da aquisição de materiais elétricos e hidráulicos necessários a manutenção de suas instalações e a contratação de serviços de manutenção físico-química da piscina do Parque Saburo Onoyama. Com a destinação de recursos oriundos de emendas parlamentares foi possível realizar os gastos acima descritos e também a aquisição de dois bebedouros industriais, visando atender aos usuários do Parque Ecológico Três Meninas, localizado em Samambaia-DF.

Já em relação às ações de Educação Ambiental, investiu-se nos serviços de locação de ônibus para o Projeto Parque Educador, com foco nos alunos da rede pública de ensino e na produção

de banners e serviços gráficos que foram utilizados em ações diversas de educação ambiental. Destaca-se também que a execução dos serviços em 2019 só foi possível por conta da destinação de recursos de emendas parlamentares.

Em relação aos gastos alocados em Sanidade e Controle Reprodutivo da Fauna, os recursos foram utilizados na execução de 156.836 procedimentos veterinários (exames de imagem, administração de medicamentos, cirurgias e serviços laboratoriais) que foram realizados no Hospital Veterinário Público do DF e também em campanhas de castração de animais domésticos em diversas regiões administrativas do Distrito Federal. Ressalte-se que o aporte financeiro por meio de emendas parlamentares foi essencial para a realização destas ações em 2019.

Os valores gastos com Atualização e Modernização do Acervo e Documentos Ambientais viabilizaram a contratação de empresa fornecedora do serviço de acesso às Normas Técnicas Brasileiras (NBRs) e a contratação de serviço de digitalização do acervo bibliográfico impresso, o objetivo dessa digitalização é preservar os conteúdos informacionais, possibilitar uma maior facilidade e agilidade de acesso à informação, uma vez que, diversos e simultâneos acessos seriam permitidos em diferentes locais. A disponibilização destas informações, em formato digital, tem como intuito o atendimento das necessidades informacionais do corpo técnico deste Instituto no desenvolvimento das atividades dos seus setores. Assim como, atenderá as necessidades informacionais de outras instituições, dos profissionais das áreas de engenharia e meio ambiente e dos pesquisadores em geral, já que a disponibilização será feita nas páginas da intranet e da internet do Brasília Ambiental.

INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 1º Ano	Alcançado 2º Ano	Alcançado 3º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1647 - TAXA DE ATENDIMENTOS A ANIMAIS DOMÉSTICOS	%	0	31/12/2016	ANUAL	30	50	70	100	4,39	4,18	34,4	49,6	IBRAM / UO 21208 / OE 6
<p>Justificativa: 2016 - Os atendimentos realizados se restringiram as esterilizações feitas no castramóvel. A meta não foi cumprida em razão do Hospital Veterinário Público não ter iniciado as operações. O Ibram está evidenciando esforços para o recebimento do prédio, definição do modelo de gestão do hospital e início das operações.</p> <p>2017 - As metas estão diretamente relacionadas à operação do Hospital Veterinário Público do GDF. Por ainda não estar em funcionamento, não foi possível o cumprimento da meta. Os únicos atendimentos realizados pelos Ibram foram as esterilizações realizadas em clínicas veterinárias credenciadas e no Castramóvel. Foram atendidos 2570 animais, sendo 61 considerados como simples atendimento clínico, visto que foram animais negados para o procedimento cirúrgico. Os demais 2509 animais foram de fato operados.</p> <p>2018 - Com a inauguração do HVEP, em abril de 2018, a taxa de atendimento à animais domésticos obteve grande incremento, mas como no início do projeto, hospital fora dimensionado para atender cerca do triplo do que se atende hoje, as metas precisam ser revistas, pois a dimensão atual do HVEP não tem capacidade de realizar 60 mil atendimentos por ano, que era a previsão para 2019.</p> <p>2019 - Índice desejado de 100% de 60 mil atendimentos não foi atingido, pois no início do projeto HVEP em 2014, o hospital fora dimensionado para atender cerca do triplo do que atende hoje. Esta diferença poderia ser compensada com ampliação do número de castrações, entretanto, com o vencimento do Edital de credenciamento em 2017, não foi possível ampliar os números de castrações. Além de redimensionamento das metas para o próximo quadriênio, será publicado novo edital para ampliação das castrações</p>													
1648 - TAXA DE CONTROLE DE REPRODUÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	%	0	31/12/2016	ANUAL	30	50	70	100	93,31	97,63	27,4	30,4	IBRAM / UO 21208 / OE 6
<p>Justificativa: 2016 - A meta foi superada, graças a celebração de um Acordo de Cooperação Técnica entre IBRAM, SEMA e FUB que viabilizou a operação do castramóvel no ano de 2016.</p> <p>2017 - A utilização do total de atendimentos como referência para a meta de cirurgias de esterilização gerou esse percentual alto de 97,63%. Entretanto, o número de cirurgias realizadas equivaleria a 16,73% do total esperado caso ambas as metas fossem atingidas, que seriam 15.000 castrações. Ressalta-se que ambos indicadores devem ser revistas.</p> <p>2018 - A utilização do total d/atendimentos como referência p/meta de cirurgias d/esterilização gerou 27,4%. Entretanto, o nº d/cirurgias realizadas equivaleria a 19,26% do total esperado caso ambas as metas fossem atingidas, que seriam 29.400 castrações. Apesar de existir aparente redução no atingimento da meta, de 97,63% para 27,4%, a redução ocorreu pois nos anos anteriores não existia atendimento no HVEP, mas em nº totais houve uma ampliação da quant. d/castrações de 2.509 p/5.663 (125,7%).</p> <p>2019 - A utilização do total de atendimentos como referência para meta de cirurgias de esterilização gerou 30,4%. Entretanto, o nº de cirurgias realizadas equivaleria a 15,1% do total esperado caso ambas as metas fossem atingidas, que seriam 60.000 castrações. Apesar de existir pequeno aumento no valor de 27,4% para 30,4%, em nº totais houve ampliação das castrações de 5.663 para 9.055, equivalendo a um aumento de 62,5%. Somente em 2019 o HVEP funcionou de forma plena e o atendimento foi superior a 2018</p>													
1644 - TAXA DE ÁREA PROTEGIDA QUEIMADA	%	16,93	31/12/2014	ANUAL	15,2	14,4	13,5	12,7	11,28	17,32	10,76	11,75	IBRAM / UO 21208 / OE 5
<p>Justificativa: 2016 - Apesar da meta ter sido superada, o total da área queimada em 2016 foi superior aos 9% apurados em 2015. Tal fato decorreu da impossibilidade da realização de aceiros, em razão da inexistência de contrato de Prestação de serviços na Novacap e da não autorização da SEPLAG para a contratação de brigadistas de combate a incêndio, por meio da realização de concurso público temporário.</p> <p>2017 - Das 70 unidades de conservação vistoriadas, 17,32% das áreas foram atingidas pelo fogo. Foram mapeados 3249,52ha de área queimada de unidades conservação que perfazem 20817,96 ha. Dentre os motivos pela taxa alcançada ser superior à desejada, destaca-se a mudança no regime de chuvas observado no DF nos últimos anos, com a estação seca mais severa e a não autorização para contratação de brigadistas de combate a incêndio, por meio de concurso público temporário.</p> <p>2018 - Com os avanços metodológicos n/detecção das áreas queimadas c/uso das imagens PlanetScope, esperava-se elevação n/área detectada. Contudo, a ação de contratação d/brigada, além d/impactar d/forma significativa na identificação de focos d/incêndios florestais, resulta em ações rápidas d/primeiro combate, impedindo o avanço d/cabeça de fogo, bem como, sua simples presença e a vigilância (realização d/rondas) nas UCs inibe a ação d/vândalos e incendiários. Como destaque as condições climáticas.</p> <p>2019 - O percentual de áreas queimadas é em relação à quantidade de área vistoriada usando Imagens PlanetScope. Em 2019 a área vistoriada foi a maior desde o início do PROMAQ nos Parques/UCs. Foram monitorados 82 Parques/UCs, total de 27.137,69 ha e verificado a queima de 3.187,57 ha, registro de 686 ocorrências de Incêndios. Destaque para ação dos brigadistas na identificação de focos de incêndio agindo rapidamente impedindo avanço do fogo e realizando rondas inibindo a ação de vândalos/ incendiários</p>													

Em 2019 a quantidade de castrações foi ampliada de 5.663 para 9.055 em relação ao ano anterior, e com isso, foi possível incrementar substancialmente o atendimento aos animais domésticos. Durante o período foram realizadas quatro campanhas de cadastro para castração, todas coordenadas pelo Brasília Ambiental e executadas em parceria com algumas Administrações Regionais como as de Taguatinga, Ceilândia, Paranoá, São Sebastião, Santa Maria e Estrutural.

O Hospital Veterinário Público do DF recebeu 13.502 tutores, atendeu 14.819 animais (cães e gatos) e realizou 156.836 procedimentos veterinários (exames de imagem, administração de medicamentos, cirurgias e serviços laboratoriais). No entanto, para os próximos períodos as metas deverão ser revistas, considerando o planejamento inicial do que seria o HVEP e o que de fato tem sido possível realizar com o orçamento que é destinado ao Brasília Ambiental.

Quanto à taxa de área queimada, com o uso das Imagens PlanetScope, no ano de 2019, o tamanho da área vistoriada foi a maior desde o início Programa de Monitoramento de área Queimadas nos Parques e Unidades de Conservação do Brasília Ambiental. No ano de 2019, foram monitorados 82 Parques e Unidades de Conservação, uma área total de 27.137,69 ha, desses foram levantadas 3.187,57 ha de áreas queimadas e 686 registros de Incêndios Florestais. Verifica-se que a contratação da brigada, além de impactar de forma significativa na identificação de focos de incêndios florestais, resulta em ações rápidas no primeiro combate,

impedindo o avanço da cabeça de fogo. A presença dos brigadistas e a vigilância que realizam (rondas) nos Parques e UCs inibem a ação de vândalos e incendiários.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	365.000,00	545.100,00	482.861,97	447.582,02
8398 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	365.000,00	545.100,00	482.861,97	447.582,02
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	365.000,00	545.100,00	482.861,97	447.582,02

Os reeducandos da Fundação de Apoio ao Trabalhador Preso – FUNAP que trabalham no Brasília Ambiental desempenham diversas atividades de apoio. Na tentativa de obter maior efetividade na organização das tarefas e seus respectivos resultados, optou-se por dividir os trabalhadores em duas equipes, uma exclusiva para as atividades que envolvam as unidades de conservação e outra para a sede do Instituto. No âmbito da segunda equipe, são realizados ofícios específicos de apoio, como serviços de eletricista, bombeiro hidráulico, recepção, copeiragem e outros, num total de 24 pessoas. O programa se mostra exitoso, dada a impossibilidade de contratação de serviços especializados, devido à insuficiência orçamentária, e considerando que os reeducandos recebem capacitação interna para o desempenho de suas funções.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	10.000,00	20.000,00	5.412,46	5.412,46
0098 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	20.000,00	5.412,46	5.412,46
9003 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	686.000,00	638.000,00	638.000,00	739.980,01
9558 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	686.000,00	638.000,00	638.000,00	739.980,01
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	245.000,00	421.513,00	414.797,10	414.797,10
0020 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-IBRAM-DISTRITO FEDERAL	245.000,00	421.513,00	414.797,10	414.797,10
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.553.000,00	1.638.425,00	1.506.663,26	1.506.663,26
T043 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	1.553.000,00	1.638.425,00	1.506.663,26	1.506.663,26
TOTAL - 1 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	2.488.000,00	2.917.938,00	2.764.872,82	2.666.732,83

Durante o exercício de 2019 o Brasília Ambiental teve que cumprir o pagamento de três sentenças judiciais, sendo o valor total equivalente a R\$ 5.412,46 (cinco mil e quatrocentos e doze reais e quarenta e seis centavos).

Em relação à Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, a quantidade mensal de contribuições variou entre 403 e 562, finalizando no mês de dezembro com um total de 427.

Quanto às Licenças Prêmio que foram convertidas em pecúnia, o Brasília Ambiental efetuou o pagamento para nove servidores durante o exercício, totalizando um montante de R\$ 396.700,73 (trezentos e noventa e seis mil e setecentos reais e setenta e três centavos). Os desembolsos foram realizados em conformidade com as prioridades apontadas pela perícia médica do Governo, e ainda, de acordo com o calendário estabelecido pela Subsecretaria de Gestão de Pessoas – SUGEP/SEEC.

Por fim, para a rubrica Ressarcimentos, Indenizações e Restituições, que contempla basicamente os pagamentos a título de acerto de contas por exoneração de servidores de cargo comissionado e a indenização de atividade externa, foram contemplados desembolsos para um quantitativo de servidores que variou entre 69 e 75 servidores. Destaca-se que o valor mais representativo equivale ao pagamento da indenização de transporte dos Auditores

Fiscais, que fazem jus quando da utilização de seus veículos particulares em ações de fiscalização ambiental.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	29.607,00	29.607,00	12.270,60	12.270,60
5351 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-IBRAM-DISTRITO FEDERAL	29.607,00	29.607,00	12.270,60	12.270,60
3345 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
0015 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	0,00	3.900,00	3.900,00	3.900,00
0020 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE BEBEDOURO INDUSTRIAL NO PARQUE 3 MENINAS- SAMAMBAIA	0,00	3.900,00	3.900,00	3.900,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	61.070.400,00	67.092.271,00	63.489.229,18	63.489.010,64
8744 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	61.070.400,00	67.092.271,00	63.489.229,18	63.489.010,64
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1.970.000,00	2.036.850,00	1.996.926,27	1.996.926,27
9669 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	1.970.000,00	2.036.850,00	1.996.926,27	1.996.926,27
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	5.150.714,00	5.363.063,64	5.139.345,69	4.618.851,40
9689 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	5.150.714,00	5.363.063,64	5.139.345,69	4.618.851,40
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
2505 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
2567 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
2883 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	10.000,00	10.000,00	2.000,00	2.000,00
0088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	10.000,00	2.000,00	2.000,00
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	123.004,00	315.004,00	263.250,00	233.250,00
8689 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	123.004,00	315.004,00	263.250,00	233.250,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	68.383.725,00	74.880.695,64	70.908.921,74	70.358.206,91

Em relação aos gastos com Administração de Pessoal, foi remunerado durante o exercício, um montante de servidores que variou mensalmente de 419 a 563, encerrando o ano com 437 servidores remunerados. A parte mais representativa desta diferença corresponde ao contrato temporário de brigadistas de combate a incêndios florestais. Entre os meses de julho e novembro, um total de 134 combatentes compôs o quadro de servidores do Brasília Ambiental.

Assim como ocorre em todos os anos, o recurso orçamentário disponibilizado em Lei não foi suficiente para fazer jus ao montante da folha de pagamento, acarretando na necessidade de solicitação de suplementação ao orçamento. Destaca-se ainda que uma parcela do valor não executado decorre da não arrecadação da fonte de receita 220, bem como da quantidade de meses inicialmente estimada para o contrato da brigada de combate a incêndios florestais e que posteriormente não se confirmou.

Quando ao número de benefícios concedidos a servidores, o ano foi encerrado com um total de 492. A diferença em relação ao número reportado a título de Administração de Pessoal se justifica em razão de parte dos servidores receber mais de um benefício (auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio creche, etc.).

Em que pese o orçamento insuficiente para a contratação de cursos, agravado pela baixa arrecadação do período, o Brasília Ambiental não se manteve estagnado. Foram contabilizadas 35 dispensas de ponto de servidores para participação em eventos de treinamento, bem como 189 capacitações presenciais na Escola de Governo do DF – EGOV e 35 capacitações realizadas mediante a utilização da plataforma de ensino a distância.

Na Manutenção de Serviços Administrativos Gerais foram registrados os gastos mais significativos do Instituto, sobretudo os valores correspondentes à locação do imóvel sede, aluguel de veículos e despesas com fornecimento de energia, água e esgotamento sanitário.

Os valores não executados decorrem da não arrecadação da fonte de receita 157.

Quanto à Conservação das estruturas físicas de edificações públicas, foram realizados pequenos reparos na sede do Instituto.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O Plano Estratégico do Governo do Distrito Federal foi elaborado a partir de oito eixos temáticos, com definição de batalhas, resultado-chave e iniciativas. O foco do Brasília Ambiental neste planejamento está no eixo temático Meio Ambiente que trata das políticas relacionadas à preservação e proteção ambiental.

São batalhas do Brasília Ambiental que constam no plano de governo (2019 até 2023):

1. Ser referência em conservação e qualidade ambiental
2. Ser modelo de eficiência no licenciamento ambiental

O Brasília Ambiental contribuiu de forma significativa para a construção desse planejamento estratégico, para a definição das batalhas e direcionou os resultados que foram executadas em 2019. Aprimorou os procedimentos de análise e concessão do licenciamento ambiental, e tem buscado de forma contínua a implementação de melhorias e a consolidação dos Parques e Unidades de Conservação sob sua gestão.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Os ODS são um conjunto de 17 objetivos globais estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) que abrangem questões de crescimento econômico, inclusão social e proteção ao meio ambiente. Esses ODS foram acordados na ONU por 193 países, após ampla participação da sociedade civil global, tendo entrado em vigor em 1.1.2016.



O Brasília Ambiental buscou incluir em suas pautas as ações, metas e indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável através da publicação da Instrução Normativa nº 14, de 26 de setembro de 2019, que adota internamente a agenda 2030 e os ODS.

ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E COOPERAÇÃO TÉCNICA

O Brasília Ambiental mantém diálogo com diversos públicos interessados em apoiar a ações das pautas do meio ambiente, seja na busca de subsídios financeiros ou na parceria técnica para execução de projetos.

O exercício de 2019 destacou-se por ser o ano de maior execução de Emendas Parlamentares na história do Brasília Ambiental. Parte desse sucesso tem relação com a melhoria nos fluxos do processo de captação e execução de emendas parlamentares dentro da instituição. Tais melhorias ainda estão em curso e a expectativa é de que, em 2020, o Brasília Ambiental consiga captar e executar mais recursos por meio deste instrumento.

Do montante de R\$ 3.189.900,00 recebidos de emendas no ano, R\$ 2.660.203,14 foram executados, equivalente a 83% do total. No entanto, há de se considerar que uma emenda, no valor de R\$ 300.000,00, não foi desbloqueada pela unidade responsável no Poder Executivo, ou seja, a sua execução não foi viável. Dessa forma, pode-se afirmar que, do montante de emendas aptas à realização, o índice de execução foi de 92%.

As destinações dadas pelos Parlamentares contemplaram o Hospital Veterinário Público, o Programa de Castração de Cães e Gatos, a Manutenção de Unidades de Conservação e o Programa Parque Educador.

Todas as emendas parlamentares foram de grande importância para uma exitosa prestação dos serviços públicos, sobretudo as que foram destinadas ao HVEP. Graças a esse recurso, foi possível manter o hospital funcionando num elevado índice de excelência, conforme demonstrado em todas as pesquisas realizadas.

Nas ações de parceria técnica, destacam-se os Acordos de Cooperação estabelecidos entre entes públicos e privados que visaram atingir objetivos comuns e auxiliaram no alcance dos resultados estratégicos. Destaque para a quantidade de Acordos - atualmente há vinte vigentes, com objetos que variam desde a realização de pesquisas até a composição de esforços conjuntos para a preservação de recursos hídricos.

Seguem, abaixo, as tabelas resumo dos instrumentos vigentes:

Acordos de Cooperação Técnica - ACTs			
Item	Partícipe (s)	Vigência Proposta	Objeto
1	INMET	26/06/2022	Instalação e operação e manutenção de uma estação meteorológica automática na ESECAE
2	Escoteiros Candango - GECAN	15/02/2024	Recuperação e preservação do Parque Vivencial da Candangolândia, bem como o reflorestamento das áreas degradadas e programação de uma estrutura mínima para visitação e prática de atividades educativas que não causem impacto ao meio-ambiente

3	7º Distrito Naval – Área Alfa da Marinha	27/12/2021	Planejar, executar e acompanhar ações conjuntas relacionadas ao meio ambiente na Área Alfa, da Marinha e no Lago Paranoá, no âmbito da competência do IBRAM-DF e com base no Plano de Diretrizes para Destinação de Recursos de Compensação Florestal (PDAR-F)".
4	SEMA, FUB	31/12/2022	Castramóvel
5	ADASA/ANA/BB/CAESB/DER/EMATER/EMBRAPA/FBB E OUTROS	18/04/2022	Integração de esforços entre as partes para o desenvolvimento e aplicação de instrumentos e metodologia visando à continuidade do “Projeto Produtor de Água no Pípiripau”, na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Pípiripau
6	TERRACAP	14/06/2022	A Terracap concede ao IBRAM o acesso ao sistema eletrônico corporativo visualizador de dados espaciais de geoprocessamento - TERRAGEO - cujos direitos patrimoniais e autorais são da TERRACAP
7	SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO/MMA/IBRAM	03/10/2022	Conjugação de esforços entre os partícipes com vista a colaborar com a execução do Programa Piloto de Recuperação da Vegetação Nativa do Cerrado do DF – Recupera Cerrado
	MJ/IBRAM	19/12/2022	Acesso ao INFOSEG - Compartilhamento de informações e Dados
9	SFB	20/11/2021	Estabelecer um compromisso de cooperação institucional e ação coordenada entre os partícipes, no espírito da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, visando à implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), do Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR, e da política de integração e segurança da informação do SICAR

10	TST/ STJ/TSE/SEGETH	05/02/2023	Parceria entre os partícipes, visando a implementação de ações conjuntas que assegurem a gestão compartilhada do Parque Bosque dos Tribunais de interesse mútuo.
11	REDE SEMENTES DO CERRADO	14/05/2022	Parceria em regime de mútua cooperação para a realização de pesquisas, intercâmbio de informações técnico-científicas, desenvolvimento e prestações de serviços cooperativos integrados em áreas de interesse comum, em especial aqueles ligados à valorização do bioma Cerrado.
12	INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA – IFB	16/10/2023	Busca modernizar e aumentar os pontos de monitoramento da qualidade do ar do Distrito Federal, como essa parceria com o IFB para a instalação de uma estação de monitoramento da qualidade do ar no Campus Samambaia.
13	SFB e MMA	13//12/2022	Execução do Código Florestal Brasileiro no que tange as atividades previstas em imóveis rurais, visando gerir, manter, recepcionar, analisar e aprovar inscrições e retificações no Cadastro Ambiental Rural (CAR), bem como dos Programas de Regularização Ambiental (PRA), Cotas de Reserva Ambiental (CRA) mantendo integrados os dados no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) bem como auxiliar tecnicamente a implementação em campo das atividades, em municípios selecionados, para as ações previstas no projeto.
14	MPDFT	18/12/2023	O estabelecimento de cooperação técnica entre os partícipes com vistas à concessão de acesso ao MPDFT aos processos administrativos inseridos no Sistema Eletrônico de Informações

			(SEI) no âmbito do Instituto Brasília Ambiental.
15	FJZB	27/11/2023	O desenvolvimento de trabalhos, pesquisas e extensão, consultorias correlacionadas às questões ambientais e na gestão de fauna silvestre do Distrito Federal, conforme disponibilidade de ambos os partícipes conforme especificações constantes do plano de trabalho.
16	IBAMA	07/05/2029	A delegação da execução do licenciamento ambiental do projeto, instalação e operação da Pavimentação da DF 001 (Estrada Parque Contorno – EPCT) do trecho compreendido entre os entroncamentos com as rodovias DF-430 e DF-170.
17	SEEDF e SEMA	18/07/2024	A implementação do PROJETO PARQUE EDUCADOR, mediante o desenvolvimento de ações conjuntas e de atividades complementares de interesse comum, no contexto da concepção da Educação Ambiental, Integral e Patrimonial e do Programa Brasília nos Parques.
18	ADMINISTRAÇÃO DO NÚCLEO BANDEIRANTE	21/06/2024	A implementação de ações conjuntas que assegurem a gestão compartilhada do PARQUE RECREATIVO DO NÚCLEO BANDEIRANTE de interesse mútuo entre os partícipes. Ficando acordado entre as partes a participação da SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL, com a finalidade de Construção de uma VILA OLÍMPICA NO PARQUE

			RECREATIVO DO NÚCLEO BANDEIRANTE/DF
19	ANA/SEMA/ESTADO DE GOIÁS/SEMAD/ADASA E OUTROS	22/03/2024	A integração de esforços entre os partícipes para o desenvolvimento e a aplicação de instrumentos e metodologias visando a implementação do PROGRAMA PRODUTOR DE ÁGUA DO DESCOBERTO, na Bacia Hidrográfica do Alto Rio Descoberto.
20	ASSOCIAÇÃO PARACANOAGEM BRASÍLIA	26/12/2029	Viabilizar a implantação e o funcionamento do Projeto "PARACANOAGEM BRASÍLIA", no Parque Vivencial II do Lago Norte, com vistas a transformar esse parque no primeiro parque do Brasil a ser inteiramente acessível para todos os tipos de deficiência (física, mental, auditiva, visual e múltipla), bem como oferecer atividades esportivas, culturais,

TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO

Em 2019, o Brasília Ambiental alcançou o índice de 100% de transparência ativa pela divulgação de informações de interesse coletivo em seu site institucional. O reconhecimento ocorreu durante premiação realizada pela Controladoria Geral do Distrito Federal (CGDF), no Salão Branco do Palácio do Buriti. Na ocasião, foram premiados órgãos e entidades da administração pública que atingiram o índice de 100% de transparência ativa, o que fez o GDF chegar aos 84% de cumprimento da lei distrital de acesso à informação, a Lei 4.990/2012.

Além das informações de interesse coletivo, como endereço e formas de contatos telefônico ou eletrônico, informações de caráter institucional relacionadas a despesas, contratos, convênios, licitações e servidores, também foram produzidas e publicadas 210 matérias no site do Brasília Ambiental.

Destaque também para a utilização de redes sociais como forma de divulgar as ações realizadas pelo Brasília Ambiental. Foram publicadas 173 postagens no Facebook, 120 postagens no Instagram e 24 álbuns de fotos dos eventos realizados pelo Brasília Ambiental no

Flickr. A cada postagem realizada nas redes sociais, entre 2000 e 4000 perfis são alcançados e os temas de maior interesse da população foram: Castração, Abandono de animais e Parques.

REFORMULAÇÃO DA IDENTIDADE VISUAL DO BRASÍLIA AMBIENTAL

O Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal está de cara nova desde julho. Decretos reestruturaram o órgão com mudanças em sua identidade visual, passando então a ser chamado de Brasília Ambiental. Tais medidas objetivam a modernização e o fortalecimento da identidade visual do órgão, além da criação de uma nova logomarca. Com a atualização do seu manual de aplicação, foi possível desenvolver uma nova caracterização para os veículos utilizados no órgão. Também estão em curso ações para proporcionar a padronização das placas de sinalização dos Parques e Unidades de Conservação e a padronização dos uniformes usados pelos servidores. Essa mudança é essencial para o estabelecimento de uma marca forte da atuação do Brasília Ambiental em suas ações finalísticas e para o reconhecimento dessa atuação pela população do Distrito Federal.



Figura: Logomarca Brasília Ambiental



Figura: Nova identificação dos veículos

Tais medidas fazem parte, também, de um conjunto de ações que já vêm sendo implementadas, com vistas à revitalização das Unidades de Conservação do Distrito Federal, agilidade dos processos de licenciamento e fiscalização, transparência, desburocratização, diálogo e melhor atendimento ao cidadão. Somam-se, ainda, instruções normativas que estabelecem fluxos na tramitação de documentos, assegurando transparência, agilidade e segurança jurídica. Com isso, o Brasília Ambiental busca garantir ainda mais eficiência com celeridade, sem abrir mão do cuidado e zelo com os aspectos ambientais. Essa construção tem sido marcada pela participação efetiva dos servidores nas decisões e pela articulação com

outros entes do governo e da sociedade. A apresentação da nova marca e da estrutura do Instituto foi anunciada em seu aniversário de 12 anos.

GESTÃO POR PROCESSOS

Em 2019, o Brasília Ambiental deu continuidade aos trabalhos internos de implantação da cultura de gestão por processos iniciada em 2016. Essa mudança de *mindset* dos servidores tem sido feita por meio de ações de melhoria de processos que visam reduzir o tempo de um processo, torná-lo mais simples para servidores e cidadãos ou torná-lo mais eficiente. Durante esses projetos, os setores envolvidos começam a perceber que seu trabalho está conectado antes e depois, a outras atividades que permitem a entrega final ao cidadão, e a importância do trabalho grupal. Isso gera empatia com os demais colegas e visão de processo ponta a ponta.

O planejamento de 2019 foi cumprido com a atuação nas três frentes inicialmente previstas:

- Atualização da cadeia de valor;
- Melhorias nos processos de atendimento ao cidadão, licenciamento ambiental (consultas a unidades de conservação, supressão de vegetação e padronização das exigências no licenciamento de parcelamento de solo), compensação florestal, pagamento de multas, processo disciplinar, consultas jurídicas, controle de frequência e recebimento de medidas alternativas;
- Disseminação de informações relevantes e inovadoras por meio de palestras, matérias na intranet e cursos.

De forma mais concreta, em 2019, o Brasília Ambiental atuou nos seguintes processos:

Entregas	Resultados em 2019
Instituição do atendimento remoto da Central de Atendimento ao Cidadão aos interessados (e-mail)	- Em média de 30 a 40 atendimentos diários de licenciamento por e-mail (cerca de 95% de todos os atendimentos para este tema).
	- A grande maioria dos interessados não precisa mais comparecer ao Brasília Ambiental.
Banners de instrução aos cidadãos publicados no site do Brasília Ambiental (Fiscalização e Licenciamento)	- Fluxo dos processos mais claro para os interessados.
	- Maior transparência do processo
Definição de procedimentos de consulta de interferências em UC's nos processos de licenciamento	- Estabelecimento de prazos determinados para manifestação da SUCON nos processos de licenciamentos em UC's.

	<ul style="list-style-type: none"> - Definição da consulta prévia da SULAM à SUCON (menos gastos desnecessários do interessado com estudos grandes, e menos retrabalho dos servidores da SULAM).
	<ul style="list-style-type: none"> - Eliminação de manifestações contraditórias por setores distinto do Brasília Ambiental para o cidadão
Definição de procedimentos para Autorização para Supressão de Vegetação e Compensação Florestal	<ul style="list-style-type: none"> - Criação do procedimento de ASV conforme Decreto nº 39.469/2018, que não existia antes. - Redução da sobreposição de tarefas.
Definição de novo procedimento para o “recolhimento de multas de autos de infração”	<ul style="list-style-type: none"> - Supressão de atividades que não agregavam valor ao processo. - Delegação de competências que trouxeram mais agilidade. - Maior agilidade na cobrança de multas e na inscrição em dívida ativa.
Definição de procedimento de análise utilizando SINAFLOR	<ul style="list-style-type: none"> - Compatibilização do uso do sistema SINAFLOR junto com o SEI
Mapeamento dos Processos Administrativos Disciplinares	<ul style="list-style-type: none"> - Auxílio para os novos membros da comissão Permanente de Sindicância e processo Disciplinar na execução dos processos
Atualização da Cadeia de Valor	<ul style="list-style-type: none"> - Auxílio nos trabalhos do novo regimento interno. - Maior entendimento dos processos executados pelo Brasília Ambiental
Formulários para a consulta jurídica à PROJU	<ul style="list-style-type: none"> - Expectativa de melhoria na qualidade das consultas jurídicas encaminhadas à PROJU
Auxílio no estabelecimento da entrega das folhas de ponto digitais	<ul style="list-style-type: none"> - Nenhuma folha de ponto é perdida. - Trabalho de visualização e conferência das folhas na DIGEP é mais rápido.

	<ul style="list-style-type: none"> - Arquivamento das folhas nas pastas dos servidores não é mais necessário (histórico fica registrado no SEI).
	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuição do consumo de papel e tinta.
Estabelecimento da rotina de entrega das folhas de ponto até o 5º dia útil	<ul style="list-style-type: none"> - Ganho de escala na conferência das folhas.
	<ul style="list-style-type: none"> - Ganho de tempo dos servidores para executarem outras tarefas.
	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuição da necessidade de cobrança de folhas dos servidores atrasados.
Atualização da planilha utilizada no processo de “acerto de contas com os servidores”	<ul style="list-style-type: none"> - Eliminação do retrabalho de conferência da planilha
	<ul style="list-style-type: none"> - Maior rapidez na execução do processo de acerto de contas
Padronização do processo de recebimento de medidas alternativas pelo Brasília Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Facilitar o recebimento e incorporação de bens recebidos através de Medidas Alternativas.
	<ul style="list-style-type: none"> - Resguardar os servidores que utilizam esta ferramenta de responderem quaisquer cobranças futuras de órgãos fiscalizadores do governo.
	<ul style="list-style-type: none"> - Auxiliar os servidores que ainda não conhecem o processo a executá-lo.
Check-list de documentos para parcelamento do solo urbano (novos e regularizações)	<ul style="list-style-type: none"> - Lista de documentos necessários para os processos de parcelamento de solo urbano.
	<ul style="list-style-type: none"> - Exigências da equipe técnica padronizadas.
	<ul style="list-style-type: none"> - Processo de licenciamento mais previsível e transparente para o empreendedor
Palestra sobre Design Thinking	<ul style="list-style-type: none"> - Servidores terão mais ferramentas para resolver problemas de seus setores.

Matérias publicadas na intranet sobre temas inovadores (Ex. Lei de desburocratização)	- Servidores terão mais ferramentas para resolver problemas de seus setores.
	- Processos de análise foram destravados por não exigirem mais documentos públicos ou disponibilizados por outros órgãos
Minicurso sobre como fazer apresentações	- Servidores conseguirão fazer apresentações mais objetivas e mais agradáveis.
	- Brasília Ambiental será associado a apresentações mais profissionais.

ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Em 2019 o Brasília Ambiental aperfeiçoou as rotinas de atendimento à população capacitando os servidores que atuam nessa atividade. Foram realizados treinamentos para a melhoria no recebimento das informações relativas às condicionantes dos processos de Licenciamento Ambiental. No ato do protocolo das informações, elas são inseridas no Sistema de Processos de Licenciamento Ambiental – Urutau para controle de condicionantes e alimentação do site PNLA e MMA.

A Sala Ambiental do Empreendedor também realiza o atendimento primário dos criadores amadores de passeriforme quanto ao cadastro no SISPASS. Orienta os consumidores ou transportadores de produtos de origem florestal quanto ao requerimento do DOF (Documento de Origem Florestal), desbloqueio de pátio, homologação e liberação de unidades transportadoras, cálculo da taxa e emissão de boleto para pagamento dos serviços de análise processual, presta informações no que se refere às atividades elencadas na Resolução CONAM10/2017 - no que diz respeito à dispensa de licenciamento ambiental dessas atividades, orienta o MEI (Microempreendedor Individual) e a EPP (Empresa de Pequeno Porte) a realizar a consulta de viabilidade de localização, a fim de saber se a atividade desejada pode ser realizada no endereço pretendido de acordo com as normas urbanísticas, bem como as restrições para o exercício da atividade. Ainda efetua, no site do RLE@DIGITAL, a simulação do grau de risco da atividade em pequeno, médio e alto risco quanto ao potencial poluidor.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

No âmbito da Política de Qualidade de Vida no Trabalho (Instrução nº 130/2018), foi instituída a Comissão Especial de QVT (Instrução nº 164/2019) com a finalidade de coordenar e executar o projeto Ciclo de Palestras – Compartilhando Saberes. A ideia originou-se da necessidade de disseminação de conhecimentos técnicos, tendo como protagonistas os servidores detentores de títulos de pós-graduação stricto sensu, especialmente aqueles beneficiados com o usufruto do afastamento disciplinado no art. 161 da Lei Complementar nº 840/2011. As palestras visaram à apresentação dos estudos e pesquisas realizadas no âmbito dos respectivos cursos

de mestrado e doutorado, com enfoque nas principais contribuições ao trabalho realizado no Brasília Ambiental.

O projeto se mostrou eficaz, na medida em que os diversos conhecimentos adquiridos por um grupo de servidores foi compartilhado com os demais, possibilitando a troca de experiências, o aprimoramento técnico dos envolvidos e a melhoria na prestação do serviço público.

Outro projeto a ser destacado no escopo do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho é a Semana da Saúde e Segurança do Trabalho. Além de compor o programa de QVT do Brasília Ambiental, o evento é totalmente aderente à Política de Gestão de Pessoas do Governo do Distrito Federal – Decreto nº 29.814, de 10 de dezembro de 2008, a qual estabelece, dentre outras diretrizes, a humanização da relação administração pública, servidor, para a melhoria dos serviços prestados pelo Governo do Distrito Federal.



Figura: Palestra na Semana da Saúde e Segurança do Trabalho

Mesmo tendo sido institucionalizada no âmbito do Brasília Ambiental apenas em 2018 (Instrução Normativa nº 394/2018), o evento da semana da saúde já vinha sendo realizado em anos anteriores, e em 2019 teve a sua sétima edição. Seu principal objetivo é incentivar a busca contínua de hábitos saudáveis por parte dos servidores, levando a uma melhoria na qualidade de vida, com foco na saúde e bem estar, e, conseqüentemente, prevenindo doenças (físicas e psíquicas). A conscientização dos servidores quanto à busca contínua de hábitos saudáveis tem reflexos diretos na qualidade da prestação dos serviços públicos.

No evento ocorrido em 2019, destacou-se a implantação do projeto “Picolé para Todos”, que surgiu por acreditar que uma mudança no rumo do país só ocorrerá quando houver uma mudança no espírito de cada brasileiro. O objetivo é disseminar a cultura da honestidade, através da reflexão quanto aos pequenos gestos de corrupção e ética. Todo o evento foi realizado por meio de parceria, sem nenhum ônus para o Instituto.

TECNOLOGIA E GESTÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Em relação às temáticas Tecnologia e Gestão de Informações Ambientais, no âmbito das políticas públicas distritais de acesso à informação e transparência, cabe ao Brasília Ambiental o atendimento à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE, Decreto Federal Nº 6.666, de 27 de novembro de 2008; Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA, Instrução Normativa Nº 04, de 12 de abril de 2012; Infraestrutura de Dados Espaciais do Distrito Federal – IDE/DF, Decreto Distrital Nº 37.612, de 09 de setembro de 2016; Política de Dados Abertos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional Distrito Federal, Decreto Distrital Nº

38.354, de 24 de julho de 2017; e a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação do Distrito Federal – EGTI, aprovada pelo Decreto n.º 37.574, de 26 de agosto de 2016.

Considerando esses referenciais, estão consolidados no Brasília Ambiental os produtos descritos a seguir:

Entregas	Resultados em 2019
Revisão da IN 185/2013 - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI)	Regulamentar o CGTI em função das mudanças administrativas ocorridas no Brasília Ambiental, com o advento do Decreto n.º 39.158/2018 e Decreto n.º 39.558/2018.
Secretaria Executiva do Comitê Gestor de TI (CGTI)	Cumprir o Decreto n.º 39.558/2018, que determina que a secretaria do CGTI deve ser realizada pela UGIN.
Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI (2020 a 2022)	Promover o alinhamento das ações de Tecnologia da Informação aos atuais objetivos estratégicos institucionais do Brasília Ambiental, em consonância com a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação do Distrito Federal – EGTI, aprovada pelo Decreto n.º 37.574, de 26 de agosto de 2016.
Plano de Dados Abertos	Atender ao Decreto n.º 38.354, de 24 de julho de 2017, que instituiu a Política de Dados Abertos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.
Definição da Estrutura e Modelo da Gerência de Acervo Técnico (GEATE)	Permitir a definição de estratégias, além do dimensionamento das necessidades e expectativas frente às atribuições estabelecidas ao setor pelo Decreto n.º 39.558/2018.
Regulamentações GEATE	Permitir a definição dos fluxos e procedimentos de responsabilidade do setor, em atendimento ao Decreto n.º 9.558/2018, com vistas ao atendimento dos públicos interno e externo.
Sistema PNLA e Condicionantes	Atender a Portaria n.º 9391/2018 - MMA, além do preconizado pela Resolução CONAMA n.º 237/1997 e outras que tratem do acompanhamento de condicionantes ambientais.

Publicação da Base Geográfica dos Atos Vigentes	Aprimorar o cumprimento da Lei n.º 12.527/2011 (LAI) e Lei n.º 12.527/11 (Transparência) no Brasília Ambiental, além de diminuir o número de demandas apresentadas pela comunidade e órgãos de controle sobre o assunto.
Atendimento PCDF e MPDFT	Aprimorar, a partir da disponibilização de ferramentas de acesso às informações, as relações institucionais entre o Brasília Ambiental e órgãos de controle, diminuindo demandas que são abertas rotineiramente no varejo.
TERRA MA ²	Implementar ferramenta de monitoramento de riscos e vulnerabilidade ambientais, fornecida pelo INPE, visando diminuir o tempo de resposta do Brasília Ambiental no que lhe compete.
Cadastro Distrital de UC's	Atender o Art. 42 da Lei Complementar n.º 827/2010, que determina ao Brasília Ambiental a criação e manutenção do Cadastro Distrital de Unidades de Conservação.
Manual de Boas Práticas do SEI	Orientar os usuários internos e externos, visando melhor instrução e fluidez dos processos que tramitam no Brasília Ambiental.
Regulamentação GEINFRA	Permitir a definição dos fluxos e procedimentos de responsabilidade do setor, em atendimento ao Decreto n.º 39.558/2018, com vistas ao atendimento dos públicos interno e externo.
Regulamentação GESIS	Permitir a definição dos fluxos e procedimentos de responsabilidade do setor, em atendimento ao Decreto n.º 39.558/2018, com vistas ao atendimento dos públicos interno e externo.
Percepção de Dados Espaciais	Estabelecer na cultura do órgão, uma política de trânsito, recepção, distribuição e forma de consumo dos dados espaciais.
Regulamentação de Fluxos da UGIN	Estabelecer procedimentos que nortearão o fluxo dos processos, em função da necessidade de recepção, tratamento e distribuição das informações ambientais geradas no Brasília Ambiental.

SISTEMA URUTAU

O Brasília Ambiental lançou, em setembro de 2019, o novo sistema online de monitoramento de condicionantes. O Urutau foi desenvolvido pelo corpo técnico da autarquia e visa melhorar o fluxo dos processos e proporcionar maior transparência ao licenciamento ambiental gerando mais celeridade na busca de informações sobre empreendimentos.

Uma das funcionalidades do sistema proporciona o acesso pelo público externo, onde o interessado poderá ver tudo o que está acontecendo em seu processo. Além de ser um banco de dados com todas as informações do licenciamento ambiental, também auxiliará no controle do cumprimento das condicionantes pela Fiscalização e Licenciamento do Brasília Ambiental.

O sistema dispõe ainda do registro das licenças ambientais e proporciona o encaminhamento de dados ao PNLA (Portal Nacional de Licenciamento Ambiental).

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Em relação à temática Educação Ambiental, em 2019 foram desenvolvidos e executados diversos projetos, conforme relatado a seguir:

Projeto Ambiente-se

Esta iniciativa tem como foco o receptivo de alunos de escolas públicas e particulares, grupos organizados diversos e usuários das Unidades de Conservação (UC) para a realização de ações de educação ambiental. Por meio deste projeto, qualquer cidadão interessado pode receber atendimento qualificado, trocar experiências e compartilhar saberes a respeito da conservação ambiental no DF. Os atendimentos são realizados pelo Brasília Ambiental, sendo o receptivo composto por diversas atividades de Educação Ambiental que variam de acordo com a Unidade de Conservação e do grupo de participantes. Entre elas, destacam-se: trilhas guiadas, oficinas de reciclagem de papel, contação de histórias, palestras e visita ao museu ambiental.

Durante o ano de 2019 foram atendidas 2.614 pessoas nas UCs Estação Ecológica Águas Emendadas e Parque Ecológico Sucupira (Planaltina), Parque Ecológico Águas Claras, Parque Ecológico Três Meninas (Samambaia), Parque Ecológico Saburo Onoyama (Taguatinga).



Figura: Atendimentos do projeto Ambiente-se

Projeto Parque Educador

Este projeto tem como foco principal o receptivo de alunos de escolas públicas do DF para a realização de ações de educação integral, ambiental e patrimonial. As atividades são desenvolvidas por professores especializados disponibilizados pela Secretaria de Educação. Seu diferencial é que cada turma inscrita participa de um ciclo de visitas, caracterizando-se como um projeto continuado para cada escola participante, o que possibilita um processo de sensibilização mais profunda dos alunos. Durante o ano foram atendidos 10.080 alunos de 100 escolas. Foram contempladas as Unidades de Conservação Estação Ecológica Águas Emendadas e Parque Ecológico Sucupira (Planaltina), Parque Ecológico Águas Claras, Parque Ecológico Três Meninas (Samambaia) e Parque Ecológico Saburo Onoyama (Taguatinga).



Figura: Atendimentos do projeto Parque Educador

Projeto Ambiente com Ciência

O desenvolvimento deste projeto visa instrumentalizar e auxiliar os professores no ensino da educação ambiental, de forma transversal e multidisciplinar, na educação formal e não formal tendo como objetivo a ocupação e qualificação dos espaços de educação ambiental e divulgação científica existentes nas Unidades de Conservação (UC) no DF, entre eles o Centro de Referência em Educação Ambiental, no Parque Ecológico de Águas Claras. Durante o ano foram realizados 80 atendimentos.



Figura: Atendimentos do projeto Ambiente com Ciência

Projeto Eu Amo Cerrado

Esse projeto divulga informação sobre a biodiversidade do Cerrado, despertando a curiosidade para as riquezas naturais desse bioma tão ameaçado. O objetivo é sensibilizar as pessoas em relação às questões ambientais e promover oportunidades para que elas possam conhecer aquilo que se pretende preservar e, a partir daí, mudar a sua forma de pensar e agir.

O aplicativo virtual, disponível em www.euamocerrado.com.br, reúne diversas informações sobre as Unidades de Conservação do Distrito Federal como trilhas, localização e espécies de aves, mamíferos, árvores, frutos e peixes. Durante o ano foram realizados 2.044 atendimentos.



Figura: Divulgação do projeto e do site Eu amo Cerrado

Projeto Vamos Passarinho nos Parques do DF

Este projeto visa ao incentivo à visita nos parques, tendo como apelo a observação de aves. É desenvolvido através de uma parceria entre o grupo Observadores de Aves do Planalto Central (Observaves) e o Brasília Ambiental. Durante o ano foram realizados 440 atendimentos.

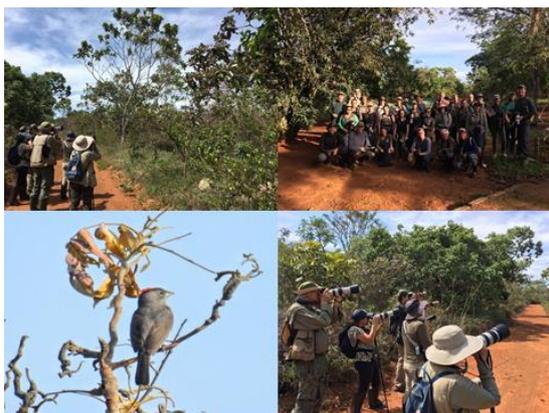


Figura: Grupo Observaves na Estação Ecológica Águas Emendadas (ESECAE)

Projeto Fogo-Apagou

Ações de sensibilização voltadas para a prevenção de incêndios florestais, tendo como atendimento prioritário, as comunidades rurais e urbanas, próximas às Unidades de Conservação. Durante o ano foram realizados 3.456 atendimentos.



Figura: Atendimentos em blitz

Outras atividades desenvolvidas sob a temática Educação Ambiental: Projeto Comunidades de Conservação, Projeto Feira Orgânica, participação nos eventos Avistar Brasília – Encontro Nacional de Observação de aves (palestras, oficinas e saídas de campo), Semana do Cerrado – Divulgação do Projeto/site Eu amo Cerrado, diversas atividades de educação ambiental, SNCT – Participação da 16ª Semana de Ciência e Tecnologia, com três estandes do Brasília Ambiental, Greenmeeting (STJ) – Participação das palestras e divulgação do site Eu amo cerrado.

Centro De Práticas Sustentáveis – CPS

Em 2019 o Brasília Ambiental assinou o Termo de Recebimento Definitivo do conjunto edificado, com urbanização, do Centro de Práticas Sustentáveis no Setor Habitacional Mangueiral, uma unidade que se caracteriza principalmente pelo compromisso social, sendo um instrumento de contato direto das políticas públicas de preservação do meio ambiente com a sociedade civil para uma cultura sadia e esclarecida.

Sua estrutura física é utilizada para programações que permitam o desenvolvimento de atividades técnicas e profissionalizantes, funcionando como polo de convívio social e buscando formar cidadãos reflexivos e participativos através da Educação Ambiental, como: Projeto Feira Orgânica – Produtores da agricultura familiar da região de São Sebastião vendem os produtos orgânicos, às terças-feiras, de 18h as 21h, no Centro de Práticas Sustentáveis; Rodas de Conversa (Comunicação não violenta) – Momento para aprendizagem, discussão e interação; Visitas Guiadas – Visitas previamente agendadas com monitoria, pelo espaço do CPS; Plantio de mudas – Produção de mudas; e para divulgação de informação e conhecimento, o Projeto Conexão Verde - Plantas Medicinais - Saberes Tradicionais, que tem por objetivo buscar ações de preservação da biodiversidade a partir da identificação de plantas medicinais em Unidades de Conservação; plantio, coleta e distribuição de mudas e plantas secas prontas para o consumo à população; construção de canteiros em 3 Unidades de Conservação; revitalização dos canteiros e estufas do Centro de Práticas Sustentáveis, como central de produção de mudas; e compartilhamento e disseminação do conhecimento em plantas medicinais. Durante o ano foram realizados 803 atendimentos no Centro de Práticas Sustentáveis.



Figura: Oficina de plantio de mudas no CPS

Agenda Ambiental na Administração Pública

Em relação à Agenda Ambiental na Administração Pública, o Brasília Ambiental designou novos membros para compor a Comissão Gestora da A3P com o objetivo de instituir novos projetos e dar seguimento as atividades já desenvolvidas como a manutenção da coleta seletiva e a coleta e destinação adequada de aproximadamente 100 kg de pilhas que são recolhidas anualmente no edifício Sede.

Por fim, observa-se que a temática Educação Ambiental apresentou um desenvolvimento considerável durante o ano de 2019, com ações inovadoras e a constante participação do Brasília Ambiental em eventos que proporcionaram a divulgação dos materiais produzidos e dos diversos projetos e programas em execução. Dessa forma, mantendo o foco na sensibilização das pessoas, a busca pela conservação e a defesa do meio ambiente passam a transcender a missão do Brasília Ambiental e se tornam um compromisso em busca de criar uma população consciente e sabedora da importância que a temática ambiental requer.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O licenciamento ambiental é o processo realizado pelo Brasília Ambiental, órgão ambiental competente no DF, para licenciar a instalação, ampliação, modificação e operação das atividades e empreendimentos que utilizam recursos naturais, que sejam potencialmente poluidores ou que possam causar degradação ambiental. Ele é um dos instrumentos de gestão ambiental estabelecido pela Lei Federal nº 6.938 de 31/08/81, conhecida também como Lei da Política Nacional do Meio Ambiente.

Nesse processo, são avaliados os impactos causados pelo empreendimento, como o potencial ou a capacidade de gerar líquidos poluentes (despejos e efluentes), resíduos sólidos, emissões atmosféricas e o potencial de risco, como contaminações e incêndios, entre outros impactos ambientais. Além disso, são calculadas as compensações ambientais e florestais, conforme os impactos causados pela instalação dos empreendimentos e atividades.

Assim, é muito importante lembrar que as licenças ambientais estabelecem as condições para que a atividade ou o empreendimento cause o menor impacto possível ao meio ambiente, sendo este um dos objetivos do licenciamento ambiental, que é o de alinhar o equilíbrio visando um desenvolvimento sustentável.

Quanto às demandas de licenciamento ambiental na área de obras de infraestrutura urbana, foi realizado um esforço em prol dos projetos estruturantes, em especial os ligados a mobilidade urbana e ao saneamento básico, bem como em setores produtivos importantes e naqueles empreendimentos e atividades que possuem impacto ambiental significativo ou que necessitavam de ampliação ou reforma para se adequarem as questões ambientais.

Quanto às obras de infraestrutura pública, o licenciamento ambiental atuou em processos importantes e de grande impacto, tais como a pavimentação da DF-001, que recebeu uma Licença de Instalação para a sua pavimentação a partir do cruzamento com a DF-430 até o Condomínio Morada dos Pássaros, em Brazlândia. A rodovia foi implantada na década de 60 e os moradores aguardavam há muitos anos pela pavimentação. Ainda, foram licenciadas a vicinal VC-441 (Lamarão), a complementação da via marginal Estrutural com a autorização ambiental para a construção da ponte que liga a gleba 2 à gleba 3 (Jóquei), a via de ligação do Setor de Inflamáveis (rota de fuga), dentre outras. Houve ainda a emissão da Licença Prévia para a expansão do Metrô em Samambaia, importante obra para o transporte urbano daquela região. Outro ponto de destaque foram os avanços nos processos que integram o projeto governamental de melhoria da mobilidade até as escolas do DF, para a pavimentação de trechos de acesso aos colégios.



Figura: obras de pavimentação da DF-001

Com relação ao saneamento ambiental, em 2019 foram emitidos atos autorizativos significativos, destacando-se a autorização para a implantação da segunda etapa do Aterro Sanitário de Brasília e a emissão de Licença de Operação para o uso de lodo de esgoto em diversas áreas agrícolas do DF. Ressalta-se a importância dessa licença por viabilizar o uso do lodo de esgoto produzido nas unidades de tratamento da Caesb, de modo a garantir o equilíbrio entre a celeridade nos processos relacionados à disposição final biossólido e a boa qualidade ambiental. Dos seis cemitérios no Distrito Federal que foram implantados nas décadas de 50 e 60 e até o ano passado, todos estavam desprovidos de licença ambiental. No ano de 2019 a maioria recebeu licença de operação e terão um controle pelo órgão ambiental mais restritivo. Outra licença importante foi a Licença de Instalação para a implantação do Crematório Campo da Esperança do DF.

A revogação do Decreto nº 33.400/2011 e a publicação do Decreto nº 39.868/2019, bem como da Instrução Normativa nº 12/2019 referentes aos Resíduos de Serviços de Saúde proporcionou que todos os estabelecimentos de saúde fossem ambientalmente regularizados, pois na antiga legislação todos deveriam ser licenciados, independente de realizarem o tratamento e a disposição final desses resíduos. Hoje, grandes geradores de resíduos de serviços de saúde que não realizam o tratamento nem a disposição final. Para isso, precisam

realizar um cadastro no Brasília Ambiental. Os pequenos gerados de resíduos devem possuir os seus Planos de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, sendo dispensados de licenciamento pelo RLE. Os que realizam o tratamento e a disposição final deverão ser licenciados.

Quanto à regularização ambiental de Postos de Revenda de Combustíveis do DF, houve grande avanço para sanar o passivo processual acumulado, dando-se prioridade para as análises dos processos que possuíam Termo de Compromisso vinculado à Instrução nº 10, de 22 de janeiro de 2018. Essa medida foi importante e pioneira na construção positiva de corresponsabilidade entre o órgão ambiental e os empreendedores deste setor, tendo sido emitidas, em 2018, 120 licenças de operação para postos de combustíveis, incluído nesse total a emissão de 69 licenças vinculadas ao Termo de Compromisso da Instrução nº 10, de 22 de janeiro de 2018. Este processo de regularização continuou e em 2019 foram emitidas mais de 120 licenças de operação conclusivas para postos de combustíveis do DF.

Na área de exploração natural, também foram atendidos os interessados da área de exploração de água mineral com a emissão de renovações de licença de operação e licenças de instalação. O licenciamento de empreendimentos rurais teve, também, avanços durante o período de 2019. Foram analisados processos relativos às atividades de assentamentos e parcelamentos rurais, agroindústria, abatedouro e frigoríficos, laticínio, criação de animais (avicultura, suinocultura e piscicultura), irrigação e barramento agrícola. Quanto aos assentamentos rurais, vários processos foram analisados, tendo sido emitida a Licença Prévia nº 17/2019 – Brasília Ambiental, do Assentamento Pinheiral, localizado na região administrativa de São Sebastião. Além disso, foram mantidas reuniões constantes com a SEAGRI e INCRA buscando a regularização ambiental destes e de outros assentamentos rurais.

Outra autorização importante que foi emitida refere-se à licença prévia para o projeto de urbanismo que tem por objetivo a criação de lotes de uso misto (comércio e habitação coletiva), áreas de esporte e lazer e equipamentos públicos comunitários e urbanos, a fim de urbanizar e revitalizar a Via NM 3 – Trecho 01, servindo de apoio e dinamização econômica da cidade, conforme previsto no Art. 104 do Plano Diretor Local - PDL de Ceilândia.

Além desses, houve progressos no licenciamento no empreendimento Urbitá, em Sobradinho, do setor do Lago Oeste, do Setor Taquari, dos parcelamentos de solo no Setor Habitacional Tororó, do aterro sanitário de Brasília, do polo agroindustrial do PAD-DF, obras de infraestrutura, indústrias e processos de mineradoras. Grandes empreendimentos também foram licenciados, exigindo um trabalho dedicado da equipe técnica, onde podemos citar o licenciamento da Quadra 500 no Sudoeste, do parcelamento de solo denominado Quinhão 16, na região administrativa do Jardim Botânico, e do Setor D do Complexo Penitenciário da Papuda.

Atuando de forma mais próxima junto ao empreendedor, foi possível aumentar a celeridade das análises técnicas, identificando adequações e complementações que foram construídas de forma interinstitucional e resultaram em empreendimentos projetados com todas as medidas preventivas e mitigatórias necessárias para sua viabilidade socioambiental.

Afora do trabalho técnico de análise processual, a área do licenciamento ambiental também atuou junto aos grupos de trabalho e conselhos, como por exemplo, junto ao CONPLAN e participação na Câmara Técnica deste Conselho tendo como pauta a LUOS, Comissão Permanente de Análise de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - CPA-EIV, grupo de trabalho conjunto com MPDFT, IBAMA e ICMBio para tratar do licenciamento do Setor Habitacional Noroeste, revisão do PDOT, REDESIM além de audiências públicas, principalmente aquelas promovidas pelo legislativo.

Quanto aos Atos Autorizativos emitidos pelo licenciamento ambiental, rito de licenciamento trifásico e demais atos, as tabelas abaixo especificam as quantidades:

Atos Autorizativos*	2019
Licença de Operação	206
Autorização Ambiental	53
Autorização de Supressão Vegetal	38
Licença de Instalação	34
Licença de Operação Corretiva	22
Licença Prévia	21
Licença de Operação à Termo	19
Licença Ambiental Simplificada	16
Licença de Instalação Reforma	9
Termo de Compromisso Ambiental	7
Licença de Instalação Corretiva	3
TOTAL	428

* Somente atos válidos

Fonte: Sistema Urutau (2020)

Atos Autorizativos de Licenciamento Ambiental (Trifásico)	2015	2016	2017	2018	2019
Licença Prévia	11	8	11	3	21
Licença de Instalação	30	27	45	55	34
Licença de Operação	49	55	88	195	206
TOTAL	90	90	144	253	261

Os resultados alcançados são os maiores de toda a história do Instituto. Este aumento no número de licenças emitidas se deu, dentre outros motivos, pela implementação de melhorias dos procedimentos e no fluxo processual do Licenciamento Ambiental. Novas Instruções Normativas contribuíram para promover maior celeridade aos procedimentos internos, garantido maior eficiência da atividade de licenciamento ambiental. Podemos destacar a usina de energia fotovoltaica que foi instalada na região da Ceilândia, onde o empreendimento, considerado de baixo impacto ambiental, foi dispensado do licenciamento ambiental com base as resoluções do CONAM que vigoram desde o final de 2017.

As mudanças na legislação e na elaboração de normas ambientais visou garantir maior agilidade e segurança jurídica e ambiental. Destacamos a seguir algumas alterações que contribuíram para proporcionar esses ajustes internos, para estabelecer melhorias nos fluxos processuais e para desburocratizar os processos de licenciamento ambiental:

- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 – 01/03/2019: Estabelece vinculação automática do licenciamento ambiental ao Sistema de Registro e Licenciamento de Empresas (RLE) – agilidade nos processos de Dispensa do Licenciamento Ambiental.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02 – 13/03/2019: Estabelece procedimento simplificado de transferência de titularidade processual e de alteração de titularidade nos atos de licenciamento ambiental.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 09 – 04/07/2019: Disciplina o rito e o fluxo para o licenciamento ambiental da atividade de avicultura.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12 – 08/08/2019: Normatiza os critérios e os procedimentos administrativos para a aprovação do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde – PGRSS.
- INSTRUÇÃO Nº 244 – 10/09/2019: Delega competências ao Superintendente de Licenciamento Ambiental para decidir sobre a concessão, cancelar, suspender, modificar, cassar, tornar sem efeito e firmar as Autorizações para Supressão Vegetal.
- DECRETO Nº 39.825 – 15/05/2019: Regulamenta o Programa Pró-Rural possibilitando o acesso a crédito mediante a apresentação do recibo de inscrição no CAR e não mais à Licença Ambiental.

- DECRETO Nº 39.826 – 15/05/2019: Amplia o prazo para homologação das informações ambientais registradas no CAR como requisito para a emissão da licença ambiental de empreendimentos rurais.
- DECRETO Nº 39.949 – 15/07/2019: Altera e amplia a Força-Tarefa constituída por vários órgãos do GDF para agilidade na análise de processos de licenciamento ambiental.

Outros avanços também construíram para a elevação dos resultados do licenciamento ambiental, como a implementação do teletrabalho, no segundo semestre de 2019, na área técnica do licenciamento ambiental. O teletrabalho se mostrou uma ferramenta de gestão muito eficiente e a expectativa é que no próximo exercício trará ainda melhores resultados. Da mesma forma, o avanço no número de estagiários cursando nível superior contribuiu muito para o desenvolvimento das tarefas de apoio as equipes técnicas.

No que se refere à comunicação e ao relacionamento com os empreendedores e consultores, o Brasília Ambiental fortaleceu a estratégia da realização de reuniões com esses parceiros para dirimir dúvidas, prestar esclarecimentos, alinhar entendimentos e discutir aspectos técnicos dos processos de licenciamento ambiental. Esta ação tem sido parte integrante da rotina diária das diretorias, assessorias e o superintendente de licenciamento. Este procedimento vem trazendo melhorias contínuas e graduais na qualidade técnica da documentação apresentada pelos consultores. É um trabalho de médio e longo prazo e que requer ações conjuntas para que possa ter maior abrangência e produzir resultados mais duradouros.

Ações de padronização e reorganização de fluxos processuais e de distribuição de competências também contribuíram para o aperfeiçoamento da gestão administrativa do licenciamento ambiental. Com a continuidade e ampliação de investimentos e esforços em modernização administrativa, normativa e técnica, capacitação técnica, bem como com a ampliação da equipe e seu desempenho, espera-se que seja possível melhorar ainda mais os resultados alcançados já no próximo ano.

Outro ponto de destaque foi a implantação do sistema Urutau, o qual possibilitou maior transparência nos processos de licenciamento ambiental, mais celeridade na busca de informações sobre empreendimentos, maior agilidade nas respostas e na eficiência do monitoramento e fiscalização das condicionantes das licenças ambientais. O sistema dispõe ainda do registro das licenças ambientais e proporciona o encaminhamento de dados ao PNLA (Portal Nacional de Licenciamento Ambiental). Almeja-se que no próximo exercício ocorra a ampliação e o desenvolvimento do sistema Urutau, com a chegada de novas ferramentas e funcionalidades, as quais terão grande importância para a modernização e informatização das informações ambientais e dos processos de licenciamento. Ainda dentro da área de TI do licenciamento ambiental, ocorreu a consolidação do uso do Sinaflor - Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais, o qual incorpora o licenciamento de exploração florestal e as autorizações de supressão vegetal, adequando-se às diretrizes nacionais.

Em 2019 também ocorreram alguns encontros promovidos pelo Brasília Ambiental, além da participação do Instituto em outros, que trataram da temática de licenciamento ambiental, dentre eles:

- Workshop sobre a utilização do Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - Sinaflor, promovido especialmente para os consultores e profissionais da área.
- Workshop sobre aspectos técnicos relacionados ao licenciamento de postos de combustíveis, promovido especialmente para os consultores e profissionais da área.
- Encontro no SindCombustíveis para tratar de aspectos relacionados ao licenciamento e a fiscalização de postos de combustíveis, promovido especialmente para os consultores, gerentes de postos e empreendedores.
- 2º Workshop de Regularização do Jardim Botânico (parceria entre o Governo do Distrito Federal, a Administração Regional do Jardim Botânico e o Movimento Comunitário local).
- AgroBrasília 2019, com a exposição em estande e com palestras durante o evento.
- Seminário de Direito Imobiliário (parceria entre a ADEMI-DF, IBRADIM e RIECDF)
- Participação em audiências públicas (promovidos pela Câmara dos Deputados)
- Promoção de cursos internos (Autorização de Supressão Vegetal - ASV, Postos de Combustíveis, Parcelamento do Solo, Compensação Ambiental)

A participação do Instituto, bem como a promoção de eventos internos e externos, proporcionou uma melhoria da comunicação e dos entendimentos técnicos, além da disseminação de conhecimento técnico entre as equipes do Instituto e também entre os consultores ambientais.

Essa melhoria da gestão do processo de licenciamento ambiental também mostrou resultados positivos no decréscimo dos mandados de segurança impetrados contra o Brasília Ambiental na área de licenciamento ambiental. Em 2018 houve uma redução de mais de 68% do número de mandados em comparação com o ano de 2017. Já em 2019, a área de licenciamento não recebeu nenhum mandado de segurança, o que corrobora o entendimento de que os avanços na área do licenciamento ambiental têm sido adequados.

O trabalho de melhoria dos processos e procedimentos de trabalho vinculados ao licenciamento ambiental requer que este tenha uma continuidade, haja vista que muitas ações são desenvolvidas de forma encadeada e demanda um processo de médio a longo prazo para serem concluídas. Assim, o trabalho desenvolvido em 2019 foi uma continuidade de muitas ações realizadas no ano anterior. Algumas ações importantes estão em curso, das quais podemos destacar:

- Elaboração do banco de condicionantes
- Revisão dos termos de referência
- Instrução Normativa de Audiência Pública
- Instrução Normativa de parcelamento de solo (novos e regularização)
- Instrução Normativa de fluxo processual entre unidades do Brasília Ambiental
- Instrução Normativa que trata dos prazos de atendimento no licenciamento ambiental
- Instrução Normativa que trata da compensação florestal
- Instrução Normativa que trata sobre recuperação de áreas degradadas
- Nova Instrução Normativa de Postos de Combustíveis, pontos e bases de abastecimento e TRCP

- Revisão do Decreto de preço público de licenciamento ambiental
- Revisão do porte e potencial poluidor das atividades e empreendimentos, incluindo a revisão das Resoluções do CONAM
- Nova Instrução Normativa para a atividade florestal, autorização de supressão florestal, PRAD e estudo de fauna
- Encaminhamento para revisão da legislação distrital que trata do licenciamento ambiental

Outra demanda que esperamos que seja consolidada em 2020 é contratação de empresa para a customização dos módulos da Plataforma do Sistema de Informação do Cadastro Ambiental Rural do Distrito Federal – SICAR-DF. O SICAR é um sistema robusto com um extenso repositório de informações, em função das especificidades ambientais de algumas regiões, como por exemplo, as encontradas no Distrito Federal. O sistema ainda não atende – de forma célere – todas as necessidades inerentes da diversidade ambiental dos territórios tornando a análise difícil e demorada. Dessa forma, as customizações do sistema são necessárias para tornar o CAR um arcabouço de informações dentro de um sistema que abarca todo o regramento do "Novo Código Florestal", sendo o principal instrumento-base de gestão da informação rural para o DF. A equipe submeteu o projeto para receber financiamento do CAR-FIP (*Forest Investment Program - FIP*), administrado pelo Banco Mundial para apoiar países em desenvolvimento. Além do SICAR, estamos trabalhando para que, em 2020, tenhamos avanços no procedimento, regramento e no sistema para licenciamento ambiental por adesão e compromisso e no processo de consulta prévia.

COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Apesar das dificuldades ainda existentes em converter a maior parte dos recursos das compensações ambientais e florestais em ações efetivas nos Parques e Unidades de Conservação do Distrito Federal, é possível destacar o grande protagonismo que esse instrumento vem assumindo quando o assunto é a implantação e a manutenção dos espaços protegidos.

No decorrer de 2019, foram realizadas grandes ações de melhoria nas mais diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal custeadas com recursos da compensação ambiental, como a revitalização do Parque Ezechias Heringer, no Guará, a implantação de iluminação e construção de guaritas no Parque Ecológico do Tororó, no Setor Habitacional Tororó, a finalização da implantação da primeira etapa do Parque do Varjão e o início das ações de revitalização do Parque Ecológico de São Sebastião.

As destinações de recursos compensatórios no referido período totalizaram R\$ 59.390.440,01 (cinquenta e nove milhões, trezentos e noventa mil, quatrocentos e quarenta reais e um centavo).

PARQUES E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Em 2019 o Brasília Ambiental assumiu o desafio de consolidar os Parques e as Unidades de Conservação sob a gestão do órgão, buscando suprir as lacunas existentes e proporcionar as condições necessárias para uma gestão de qualidade. Com um total de 96 Unidades de

Conservação e Parques, o Instituto dispõe de 18 sedes administrativas descentralizadas, onde estão lotados 44 agentes do quadro de servidores, atuando nestas e em outras unidades próximas geograficamente.

A gestão destas Unidades tem o objetivo de promover a conservação dos atributos naturais de cada uma delas, bem como fazer melhorias para o uso público dos Parques e Unidades de Conservação. Trata-se de uma atividade complexa, interdisciplinar, que demanda uma grande capacidade de interação com os outros órgãos do poder público, que apresenta frentes de atuação diversas e que exige diferentes habilidades, recursos e competências para a sua plena condução.

A escassez de recursos financeiros direcionados para esta área, associada a uma equipe muito enxuta de servidores, torna esta gestão um processo bastante desafiador, que demanda envolvimento, proatividade, dedicação e criatividade para encontrar soluções adequadas para as dificuldades que se apresentam a cada dia.

Nesse processo houve muitos aprendizados, e 2020 promete ser um ano mais produtivo ainda, gerando frutos do trabalho realizado com afinco ao longo de 2019. As informações abaixo apresentam algumas das realizações relacionadas aos Parques e Unidades de Conservação nesse período e buscam sintetizar os principais resultados alcançados ao longo do ano nas diferentes frentes de atuação.

Obras de revitalização viabilizadas pela força tarefa “GDF PRESENTE”:

Com o objetivo de viabilizar o acesso da população do DF aos espaços qualificados para a visitação e o convívio social junto à natureza, o Brasília Ambiental realizou em 2019 obras de Revitalização das estruturas de uso público em oito de suas Unidades de Conservação, por meio de uma força tarefa intitulada “GDF Presente”, que envolveu diversos órgãos do poder público.

Cada órgão contribuiu de acordo com suas possibilidades, seja com o fornecimento de materiais, com a realização de serviços técnicos, com a disponibilização de equipamentos, com a cessão de seus funcionários, com o apoio logístico, com a disponibilização de transporte (frete), ou mesmo com a articulação política para viabilizar a realização as atividades.

A escassez de recursos orçamentários previstos para essa finalidade, no âmbito do GDF, tornou este arranjo institucional necessário, e demonstrou ser uma estratégia criativa e acertada, na qual o potencial de cada instituição foi colocado à disposição da iniciativa de forma articulada. Quem ganhou com isso foram os Parques, as Unidades de Conservação e toda a população do DF.

Todas as Administrações Regionais das RAs contempladas com a força tarefa tiveram um papel fundamental na facilitação das atividades, contribuindo diretamente para o apoio logístico.

Além delas, alguns parceiros da iniciativa privada e do comércio local também se envolveram e contribuíram diretamente para a realização dos trabalhos, seja pela doação de materiais, disponibilização de mão de obra, ou mesmo de recursos financeiros.

Foram envolvidos diretamente nessa iniciativa os seguintes órgãos:

- Brasília Ambiental
- Secretaria de Governo
- Secretaria de Cidades
- NOVACAP
- Secretaria de Obras
- SESIPE/FUNAPE
- CEB
- CAESB
- SLU
- DER/DETRAN
- Secretaria de Segurança Pública
- Secretaria de Ciência e Tecnologia
- DF Legal

A seguir serão apresentadas as melhorias realizadas em cada Parque/Unidade de Conservação por meio da força tarefa “GDF Presente”.

Parque Ecológico Saburo Onoyama

- Recuperação e Pintura dos Banheiros;
- Supressão e poda de árvores que estavam interferindo negativamente na entrada do parque e comprometendo a segurança dos usuários;
- Fechamento da churrasqueira coletiva com foco em sua conversão para um depósito de materiais de manutenção;
- Revitalização e Pintura do Muro na entrada do Parque;
- Pintura do alambrado no perímetro do Parque;
- Limpeza das nascentes e revitalização dos canais de drenagem próximos à piscina;
- Revitalização dos Parques infantis;
- Revitalização das Pistas de Caminhada;
- Revitalização das passarelas de madeira;
- Pintura da Lanchonete;
- Coleta de Entulho no Interior do Parque;
- Recuperação da massa asfáltica, pintura e sinalização do estacionamento;
- Limpeza e revitalização das quadras poliesportivas;
- Desobstrução dos canais de drenagem de águas pluviais que interferem diretamente na área do Parque;
- Realização de roçagem e capina no interior do Parque;



Figura: Revitalização de quadra poliesportiva

Parque Ecológico Aguas Claras

- Troca de lâmpadas e manutenção no sistema de iluminação da coopervia e quadras de areia;
- Roçagem, capina e podas de árvores que estavam comprometendo negativamente a segurança dos usuários;
- Limpeza do alambrado no perímetro do Parque (Coleta de lixo e capina);
- Pintura da sede administrativa;
- Revitalização dos Parques Infantis (Troca da caixa de areia, pintura dos alambrados, revitalização dos brinquedos, instalação de postes de iluminação, sistema de drenagem, Instalação de calçamento nos acessos e plantio de grama nos taludes);
- Revitalização do circuito inteligente de ginástica;
- Revitalização das pontes de madeira;
- Realização de serviços de terraplanagem;
- Pintura e capina de calçadas e meio fios;
- Revitalização do portão de acesso principal;
- Instalação de Placa de sinalização na entrada do Parque;
- Pintura dos Banheiros Públicos;
- Reparo do telhado da sede administrativa;
- Limpeza e capina ao longo da coopervia;
- Reparo nos sistemas elétrico e hidráulico na sede administrativa;
- Revitalização dos módulos de duchas;
- Pintura, cercamento e drenagem das quadras de areia;
- Pintura da guarita de entrada;
- Recuperação da massa asfáltica da coopervia;
- Revitalização das quadras poliesportivas;

Parque Ecológico Olhos D'água

- Revitalização no cercamento de todo o parque;
- Substituição da iluminação pública de lâmpadas comuns para as do tipo “LED”;
- Revitalização da praça central,
- Construção de Pergolado de madeira;
- Instalação de Outdoor com grafite abordando a temática ambiental;
- Revitalização do parque ecopedagógico,
- Revitalização do circuito inteligente de ginástica;
- Revitalização dos banheiros públicos;
- Recuperação do calçamento intertravado das trilhas,
- Reparos nas estruturas de madeira na área da Lagoa,
- Construção de espaço para realização da feira orgânica;
- Adequação dos acessos ao Parque para cadeirantes e PNEs;
- Execução de projeto paisagístico na entrada e na área administrativa do Parque;
- Conserto dos bancos distribuídos ao longo do Parque;
- Revitalização da ponte de madeira;
- Realização de reparos hidráulicos e de acabamento nas dependências da sede administrativas;
- Pavimentação com pedras Pirenópolis em alguns pontos de acesso ao público;
- Serviços de poda, roçagem e limpeza;



Figura: Revitalização do circuito inteligente de ginástica

Parque das Garças

- Implantação de via de acesso com pavimentação de brita para caminhada;
- Podas, roçagem e manutenção de mudas nativas do cerrado;
- Plantio de mudas nativas do cerrado;
- Limpeza e conservação da área do parque com retirada de entulhos;
- Reforma do cercamento do parque;
- Reforma do portão de entrada;



Figura Implantação de via de acesso com pavimentação de brita para caminhada;

Parque Denner

- Substituição de luminárias comuns pelas do tipo “led”;
- Realização de podas, roçagem e capinas;
- Renovação da areia do parquinho;
- Realização de obras de drenagem das quadras de areia;
- Reforma das duas quadras poliesportivas ;

Aprovação de projeto técnico por parte da (NOVACAP) para:

- Construção do deck ;
- Cercamento do perímetro do Parque;
- Iluminação da lagoa;
- Construção da nova coopervia ;

Parque Ecológico Ezequias Heringer

- Renovação da areia dos parquinhos;
- Recuperação das entradas do parque;
- Revitalização do cercamento (acesso ao portão);
- Revitalização do PEC, com colocação de placa de identificação.
- Realização de poda e roçagem;
- Revitalização da luminação do parque com substituição das de lâmpadas comuns pelas do tipo “LED”;
- Reforma do pergolado;
- Pintura do meio fio ao longo de todo o parque.
- Sinalização do estacionamento, mudança de vaga para PNE, ficando mas próximo ao PEC;
- Instalação de novos bancos;
- Pavimentação com bloquetes na praça localizada na entrada do parque;
- Construção de calçamento ao lado da guarita para acesso ao bebedouro;
- Revitalização da área externa do posto de vigilância e sede;
- Revitalização das duchas;

- Pintura e sinalização da coopervia;



Figura: sinalização do estacionamento

Obras de revitalização viabilizadas por meio de cumprimento de Condicionante Ambiental:

Parque Ecológico do Cortado

- Execução da pista de Coopervia;
- Execução da Quadra de Areia;
- Reforma da Quadra Poliesportiva;
- Instalação da Academia ao Ar Livre;
- Reforma do Parque Infantil;
- Instalação de um bicicletário;
- Instalação de Sistemas de Captação de Águas Pluviais;
- Oito unidades de Postes de Iluminação;
- Instalação de Sistema de Energia Solar por Placas Fotovoltaicas em uma Estrutura Metálica de Cobertura para vagas de estacionamento; instalação de Torre metálica para Vigilância;
- Reforma de Mirante de Madeira e 20 unidades de Banco de Concreto.



Figura: Obras e Reformas do Parque do Cortado

Obras de revitalização viabilizadas por meio de Compensação Ambiental:

Parque Ecológico e Vivencial da Vila Varjão

- Fonte de Recursos: Compensação Ambiental Votorantim Cimentos.
- Valor da Obra: R\$ 820.033,00 (oitocentos e vinte mil e trinta e três reais).
- Intervenções: Implantação da 1ª Etapa;
- Reforma da Quadra Poliesportiva existente;
- Execução de coopervia;
- Implantação do Ponto de Encontro Comunitário;
- Implantação de Parque Infantil com equipamentos PCD;
- Pergolado de madeira;
- Pista de Skate;
- Calçadas internas;
- Fradinhos (balizadores) e Placas de fiscalização / informação.



Figura: Pista de skate

Parque Ecológico Três Meninas

- Fonte de Recursos: Compensação Ambiental Condomínio Querência.
- Valor da Obra: R\$ 22.352,36 (vinte e dois mil trezentos e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos).
- Intervenções: Reforma das estruturas da educação ambiental e da Sede Administrativa do Parque
- Execução de rampa de acessibilidade e passeios;
- Reforma do telhado e troca do forro interno das salas,
- Reformas na instalação hidráulica dos sanitários da sede administrativa;
- Implantação de fossa ecológica;
- Pintura das salas da Sede.



Figura: Reforma das estruturas da educação ambiental e da Sede Administrativa do Parque 3 Meninas

Parque Ecológico Tororó

- Fonte de Recursos: Compensação Ambiental Orimi.
- Valor da Obra: R\$ 401.033,84 (Quatrocentos e um mil trinta e três reais e oitenta e quatro centavos) referente à Implantação de 02 Guaritas de vigilância nas extremidades do Parque, Edificação composta de: 02 banheiros, 01 quiosque e 1 sala para o vigilância (cada uma).
- Valor da Obra: R\$ 1.315.542,14 (Um milhão, trezentos e quinze mil, quinhentos e quarenta e dois reais e quatorze centavos), referente à Implantação de Iluminação Pública em toda a Extensão do Parque.



Figura: Construção de Guarita

Parque Ecológico Ezechias Heringer

- Fonte de Recursos: Compensação Ambiental Lunner Empreendimentos Imobiliários.
- Valor da Obra: 376.557,77 (trezentos e setenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e setenta e sete centavos).
- Intervenções: Reforma da quadra de areia com instalação de Drenagem;
- Reforma de duas Quadras Poliesportivas;
- Pintura interna e externa da sede Administrativa;
- Reformas Hidráulicas na Sede Administrativa;
- Pintura Interna e externa e reparos hidráulicos na guarita;
- Reforma do Orquidário;

- Reforma da Sala dos Vigilantes;
- Implantação de Playground PCD.



Figura: quadra poliesportiva

Obras viabilizadas por iniciativa do Brasília Ambiental em parceria com a comunidade:

Parque das Copaibas

O Parque das Copaibas é um Parque com significativos atributos naturais. Apresenta uma mata exuberante em toda sua extensão, que precisa ser conservada. A prática de caminhadas e a promoção da iniciativa de acesso a ciclistas em seu interior motivou a abertura do Parque para estas atividades e o resultado foi a estruturação de trilhas temáticas altamente atrativas que tem recebido, desde sua abertura, um grande numero de visitantes que têm avaliado muito positivamente a iniciativa, como estratégia que concilia o uso público e a conservação do parque.



Figura: Placa informativa no inicio das trilhas

Destaca-se, ainda, a aprovação de projeto na Câmara de Compensação Ambiental e Florestal, para a Revitalização de 25 Unidades de Conservação sob Gestão Brasília Ambiental, com valor

de R\$ 31.111.309,03 (trinta e um milhões, cento e onze mil, trezentos e nove reais e três centavos). Esta é uma proposta extremamente importante para o Brasília Ambiental e para toda a sociedade do DF.

Como meio complementar aos recursos orçamentários e de compensação ambiental que são aplicados nos Parques e Unidades de Conservação, o Brasília Ambiental recebe prestações de serviço e materiais em geral, destinados pelo Setor de Controle e Acompanhamento de Medidas Alternativas do MPDFT ou Central de Medidas Alternativas do TJDF. Em 2019, foram arrecadados R\$ 156.941,51 (cento e cinquenta e seis mil, novecentos e quarenta e um reais e cinquenta e um centavos) que foram utilizados na aquisição de material de consumo e permanente para conservação e manutenção dos parques, dentre eles: Ecológico Águas Claras, Ecológico Areal, Ecológico Jequitibás, Lago do Cortado, Olhos D'Água, Ecológico Saburo Onoyama, Ecológico Sucupira, Três Meninas, Uso Múltiplo Lago Norte e Ecológico Veredinha. Destacam-se as atividades desenvolvidas no Parque Sucupira, com a organização dos cursos de "Formação em Agente Socioambiental" para infratores encaminhados pelo MPDFT, ministrados por servidores do Brasília Ambiental nas dependências do Parque.

Criação, Recriação e Recategorização de Unidades de Conservação

A criação de novas áreas protegidas, conforme legislação em vigor, deve ser embasada em estudos técnicos que comprovem a necessidade de se estabelecer mecanismos legais de proteção, considerando principalmente a relevância ambiental e ecológica dos atributos naturais de cada local. Ressalta-se que, considerando as limitações orçamentárias e de pessoal para a implantação e gestão das UCs existentes, e considerando ainda a recomendação dos órgãos de controle, a equipe técnica do Brasília Ambiental tem se manifestado, de maneira geral, contrária à criação de novas UCs de domínio e responsabilidade do Governo do Distrito Federal.

Algumas Unidades de Conservação no território do Distrito Federal tiveram os seus dispositivos de criação declarados Inconstitucionais, por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN, onde houve o entendimento de vício de iniciativa na criação de algumas áreas. Considerando que a criação de UC provoca impacto na gestão do território, entende-se que a iniciativa de criação de novas áreas protegidas deve ser do Poder Executivo. Desta forma, surgiram demandas de recriação de Unidades anteriormente existentes, mas que tiveram revogados seus Decretos ou Leis de criação.

No ano de 2019, tivemos diversas atividades continuadas para a criação, recriação e recategorização das UCs, dentre as quais podemos destacar as seguintes entregas:

Criação e Recriação

- Parque Ecológico do Gama: Conclusão dos estudos de criação; Realização de Consultas Públicas; Publicação do Decreto nº 40326/2019, que revogou o Decreto nº 11190/1988.
- Parque do Descoberto: Elaboração dos estudos ambientais, com indicação para recriação como Monumento Natural – MONA do Descoberto e respectiva Zona de Amortecimento; Preparação para consulta pública.

- Parque Ecológico Cachoeirinha: Elaboração dos estudos ambientais, com indicação para recriação como Refúgio de Vida Silvestre - RVS Cachoeirinha; Realização de Consulta pública; Readequação de proposta; Preparação para nova Consulta pública.
- Parque Canela de Ema: Realização de reconhecimento em campo e estudos preliminares para concepção do de Termo de Referência para a elaboração de estudos ambientais visando a criação/recriação de áreas protegidas na Unidade Hidrográfica do Ribeirão Sobradinho, a ser contratado mediante aplicação de recursos de Compensação Ambiental.
- Parque Ecológico e Vivencial de Sobradinho: Realização de reconhecimento em campo e estudos preliminares para concepção do de Termo de Referência para a elaboração de estudos ambientais visando a criação/recriação de áreas protegidas na Unidade Hidrográfica do Ribeirão Sobradinho, a ser contratado mediante aplicação de recursos de Compensação Ambiental.
- Refúgio de Vida Silvestre Taboca/Taboquinha: Realização de reconhecimento em campo, estudos preliminares e análise de estudo ambiental apresentado por iniciativa comunitária/sociedade civil organizada.
- Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE Bananal: Estudos ambientais aprovados; Falta publicação e atualização pós obras do TTN.

Recategorização

Com relação à recategorização, considerando a evolução da legislação concernente às áreas protegidas de modo geral, criou-se a necessidade de redefinir algumas categorias de UCs do DF, a fim de adequar a sua categoria àquelas previstas na Lei Complementar 827/2010. Esse processo, denominado recategorização, culminou em 2019 na publicação de três dispositivos legais:

- DECRETO Nº 40.116, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019: Dispõe sobre a recategorização do Parque de São Sebastião; do Parque do Paranoá; do Parque Areal; do Parque Ecológico do Rasgado; do Parque de Uso Múltiplo do Lago Norte; do Parque de Uso Múltiplo da Asa Sul; do Parque de Uso Múltiplo das Sucupiras; do Parque de Uso Múltiplo Vale do Amanhecer; do Parque Ecológico e de Uso Múltiplo Gatumé; do Parque de Uso Múltiplo do Cortado.
- LEI COMPLEMENTAR Nº 955, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019: Dispõe sobre a recategorização do Parque Ecológico e Vivencial Estância; do Parque de Uso Múltiplo do Morro do Careca; do Parque Vivencial do Anfiteatro Natural do Lago Sul e do Parque Ecológico Dom Bosco.
- LEI Nº 6.414, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2019: Dispõe sobre a recategorização do Parque Recreativo Sucupira; do Parque Três Meninas; do Parque Recreativo de Santa Maria; do Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo; do Parque Ecológico e Vivencial de Candangolândia; do Parque Ecológico e Vivencial da Vila Varjão; do Parque Ecológico Canjerana; do Parque Ecológico Garça Branca; do Parque Ecológico dos Pequizeiros; do Parque Ecológico e Vivencial do Retirinho; do Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas e do Parque Ecológico e Vivencial Cachoeira do Pipiripau.

Desta maneira, foram redefinidas as categorias de 26 Unidades de Conservação, que passam a ser denominadas de acordo com sua real aptidão à Conservação, considerando as categorias definidas na Lei Complementar 827/2010.

Denominação anterior	Nova denominação
Parque de São Sebastião	Parque Distrital de São Sebastião
Parque do Paranoá	Parque Ecológico do Paranoá
Parque Areal	Parque Ecológico Areal
Parque Ecológico do Rasgado	Parque Distrital Bernardo Sayão
Parque de Uso Múltiplo do Lago Norte	Parque Ecológico do Lago Norte
Parque de Uso Múltiplo da Asa Sul	Parque Ecológico Asa Sul
Parque de Uso Múltiplo das Sucupiras	Parque Ecológico das Sucupiras
Parque de Uso Múltiplo Vale do Amanhecer	Refúgio de Vida Silvestre Vale do Amanhecer
Parque Ecológico e de Uso Múltiplo Gatumé	Refúgio de Vida Silvestre Gatumé
Parque de Uso Múltiplo do Cortado	Parque Ecológico do Cortado
Parque Ecológico e Vivencial Estância	Refúgio de Vida Silvestre Mestre D'Armas
Parque de Uso Múltiplo do Morro do Careca	Refúgio de Vida Silvestre Morro do Careca
Parque Vivencial do Anfiteatro Natural do Lago Sul	Parque Ecológico do Anfiteatro Natural do Lago Sul
Parque Ecológico Dom Bosco	Monumento Natural Dom Bosco
Parque Recreativo Sucupira	Parque Ecológico Sucupira
Parque Três Meninas	Parque Ecológico Três Meninas
Parque Recreativo de Santa Maria	Parque Ecológico de Santa Maria
Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo	Parque Ecológico do Riacho Fundo
Parque Ecológico e Vivencial de Candangolândia	Parque Ecológico dos Pioneiros
Parque Ecológico e Vivencial da Vila Varjão	Parque Ecológico da Vila Varjão
Parque Ecológico Canjerana	Refúgio de Vida Silvestre Canjerana
Parque Ecológico Garça Branca	Refúgio de Vida Silvestre Garça Branca

Parque Ecológico dos Pequizeiros	Parque Distrital dos Pequizeiros
Parque Ecológico e Vivencial do Retirinho	Parque Distrital do Retirinho
Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas	Parque Distrital Recanto das Emas
Parque Ecológico e Vivencial Cachoeira do Pipiripau	Área de Relevante Interesse Ecológico Cachoeira do Pipiripau

Também foi encaminhada, em dezembro de 2019, a minuta de Projeto de Lei para o Parque das Copaíbas, a ser recategorizado como Parque Distrital das Copaíbas.

Análise e elaboração de Planos de Manejo

Planos aprovados em 2019:

- Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE Cruls: Plano de manejo aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03, DE 29 DE MARÇO DE 2019.
- Reserva Biológica do Guará: Plano de manejo aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04, DE 03 DE ABRIL DE 2019.
- Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE do Bosque: Plano de manejo aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 17, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Planos em análise:

- Monumento Natural - MONA do Conjunto Espeleológico do Morro da Pedreira: Análise do diagnóstico ambiental; Realização de Oficina de Planejamento Participativo; Análise do Zoneamento Ambiental;
- Parque Distrital Salto do Tororó: Aprovação do Plano de trabalho; Acompanhamento das atividades de campo e Diagnóstico ambiental.
- Refúgio de Vida Silvestre - RVS da Mata Seca: Análise do diagnóstico ambiental; Realização de Oficina de Planejamento Participativo; Análise do zoneamento e programas de manejo; Revisão do estudo de fauna.
- Parque Ecológico do Tororó: Aprovado o plano de trabalho; Acompanhamento da realização de estudos para Diagnóstico ambiental.
- Parque Distrital de São Sebastião: Aprovado o plano de trabalho; Acompanhamento da realização de estudos para Diagnóstico ambiental.
- Floresta Distrital dos Pinheiros: Análise das propostas apresentadas na licitação para a contratação dos estudos.
- Revisão do Plano de Manejo do Parque Ecológico Burle Marx: Análise e aprovação do Diagnóstico ambiental; Análise do zoneamento ambiental; Reuniões junto à Terracap e empresa de Consultoria responsável pelo estudo para alinhamento das diretrizes.
- Revisão do Plano de Manejo da ARIE JK. Que inclui o Parque Ecológico do Cortado, o Parque Saburo Onoyama, o Parque Boca da Mata, o Parque Três meninas e o Refúgio de Vida Silvestre Gatumé - Atividades realizadas: Análise do Diagnóstico

ambiental/dados secundários; Realização de Oficina de Planejamento Participativo; Análise e aprovação do Zoneamento Ambiental e dos Programas de Manejo.

- Planos em fase de elaboração pela equipe do Brasília Ambiental:
- Parque Ecológico de Santa Maria: Elaboração do diagnóstico ambiental, zoneamento e proposição de adequação da poligonal; participação em reuniões com Administração Regional, Comunidade Organizada e Gabinete da Deputada Jaqueline Silva; Realização de Oficina de Planejamento Participativo; Sistematização de informações.
- Parque Ecológico Sucupira: Cooperação entre Brasília Ambiental e FUP/UnB; Plano de trabalho em elaboração.
- Revisão do Plano de Manejo da Estação Ecológica de Águas Emendadas – ESECAE: Elaboração de Acordo de Cooperação Técnica junto à ADASA; Instituição de Grupo de trabalho para a elaboração do Plano; Elaboração do Plano de Trabalho.

Recentemente, em dezembro de 2019, foi constituído no âmbito deste Instituto um Grupo de Trabalho Intersetorial com o objetivo de promover a elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação que ainda não foram contempladas nas iniciativas citadas acima.



Figura: Trabalho de campo no acompanhamento do Plano de Manejo

Realização de eventos em Parques e Unidades de Conservação

Os Parques e Unidades de Conservação tem se tornado cada vez mais espaços de convívio social à disposição da sociedade, com vocação para diversas atividades.

Visando melhorar a qualidade desses espaços, geridos pelo Brasília Ambiental, para o uso da população do DF, foram autorizados e realizados, no ano de 2019, 238 eventos das mais diversas naturezas solicitados e propostos pela sociedade civil. Desses, 159 foram autorizados sem a cobrança de taxa de preço público, por serem eventos com atividades beneficentes, assistenciais, religiosas, sem fins lucrativos e governamentais.

Para os outros 79 eventos, foi emitido o Termo de Autorização de Uso Não Qualificado, sendo cobrada a taxa de preço público. O valor arrecadado em 2019, referente a essa taxa, foi de R\$ 16.432 (Dezesseis Mil, Quatrocentos e Trinta e Dois Reais), pela utilização das áreas dos Parques e Unidades de Conservação.

Realização de pesquisas em Unidades de Conservação

A realização e o controle das pesquisas científicas nas Unidades de Conservação do Distrito Federal são previstos no escopo do Sistema Distrital de Unidades de Conservação - SDUC (Lei complementar nº 827, de 22 de julho de 2010), e são regulamentados conforme Instrução IBRAM nº 172, de 02 de outubro de 2012. Assim, todas as pesquisas científicas e os estudos técnicos conduzidos nas UCs distritais, geridas pelo Brasília Ambiental, dependem de prévia autorização do setor responsável pela gestão das áreas protegidas.

É por meio de tais estudos e pesquisas que os gestores podem obter informações sobre o estado de conservação da biodiversidade e dos recursos naturais locais, e agir com ações de manejo quando forem detectados eventuais impactos, degradação ambiental, ou declínio nas populações nativas.

As pesquisas científicas, usualmente conduzidas ou orientadas por profissionais altamente qualificados vinculados às Universidades e instituições de ensino superior, são fundamentais neste processo de fornecimento de informações e consequente proteção dos atributos ambientais das UCs. É por meio destes estudos que alunos de graduação e de pós-graduação são capacitados nos mais diversos temas de investigação, e ainda produzem dados de alta relevância para apoiar a gestão de tais áreas.

Importante salientar que, devido à publicação da IN 172/2012, que regulamenta as autorizações de pesquisa no âmbito das UCs geridas pelo Brasília Ambiental, foi criado um grupo de trabalho incumbido de atualizar as normas e os procedimentos. O GT, que foi instituído em 2019, está em fase de encerramento da proposta que deve ser apresentada à gestão no primeiro semestre de 2020.

No ano de 2019, 22 estudos e pesquisas em diversas áreas do conhecimento foram autorizados e conduzidos nas Unidades de Conservação do Distrito Federal.

Realização de plantios de espécies nativas em Unidades de Conservação

Uma iniciativa que merece destaque entre as realizações do Brasília Ambiental em 2019 é a participação do órgão no Movimento “Tempo de Plantar”, uma iniciativa da sociedade civil que tem como objetivo realizar mutirões de plantio de mudas de espécies nativas em diversos locais do DF.



Em dezembro de 2019, foram plantadas cerca de quatro mil mudas nativas do Cerrado em 12 parques administrados pelo Brasília Ambiental. Além do Instituto, a atividade contou com participação ativa de Grupos Escoteiros, moradores e ambientalistas.



Figura: Plantio de mudas de espécies nativas do Cerrado.

A finalidade do Plantio nos Parques é fomentar a conscientização e a participação das pessoas, comunidades, entidades (seja governamental ou organizada) da importância da preservação do nosso Cerrado com foco, no cuidado com os nossos parques.

As unidades de conservação em que foram realizados os plantios são:

- Parque Urbano e Vivencial do Gama – (200 mudas)
- Parque Bosque dos Eucaliptos – (500 Mudanças)
- Parque Ecológico Ezequias Heringer - (250 mudas)
- Parque Urbano Bosque do Sudoeste - (300 mudas)
- Parque Asa Sul - (200 mudas)
- Parque Olhos D'Água - (200 mudas)
- Parque das Garças e Parque Vivencial I – (30 mudas)
- Parque Ecológico Águas Claras e Parque Areal - (2.000 mudas)
- Parque do Setor O - (100 mudas)
- Parque Veredinha – (230 mudas)

Fauna

Em relação à temática Fauna, destaca-se o programa de sanidade animal. Foram realizadas 9.055 castrações, das quais 1.387 em cachorros, 2.728 em cadelas, 1.953 em gatas e 1.185 em gatos. Sendo que parte do total executado (1.802 castrações) ocorreu na unidade móvel do Hospital Veterinário Público do DF.

Ao longo de 2019, foram realizadas quatro campanhas de cadastro para castração. Todas as campanhas foram coordenadas pelo Brasília Ambiental e executadas em parceria com algumas Administrações Regionais: Taguatinga, Ceilândia, Paranoá, São Sebastião, Santa Maria e Estrutural. A maior parte das pessoas atendidas no cadastro presencial foram os moradores da região administrativa atendida por cada campanha. Cabe destacar que parte das vagas foi destinada a protetores/ONGs, conforme programa específico para esse público (<http://www.ibram.df.gov.br/programa-de-castracao-para-protetores-e-ongs/>). Em 2019

foram atendidos 88 requerimentos para castração desse grupo e disponibilizadas a ele 2.839 vagas. Salienta-se que o processo de autorização inclui a conferência de documentos e a vistoria ao local indicado, quando verificada a necessidade pela equipe técnica.



Figura: atendimento no Castra Móvel

A fim de auditar a qualidade dos serviços prestados para a castração dos animais, foi realizada uma pesquisa de satisfação com os contemplados na campanha de cadastro de castração de janeiro a setembro de 2019. O universo amostral da pesquisa correspondeu a 17,5% do total de tutores atendidos no período. Do total de participantes, 94,5% deram nota ótimo/boa para o atendimento prestado pela clínica, 6% deram nota regular e 1% deu nota ruim. Ademais, 94% recomendariam os serviços para um amigo ou parente e 6% não recomendaria (4% deram nota regular e 2% deram nota ruim). Com base nos resultados apresentados é possível observar que a clínica responsável pela castração vem realizando os serviços com qualidade e presteza aos tutores encaminhados pelo Brasília Ambiental. A alta satisfação denota que o modelo empregado está atendendo a contento ao público.

A unidade móvel também foi avaliada quanto à satisfação do público em relação aos serviços prestados. Foi realizada uma pesquisa de satisfação de outubro a dezembro de 2019, período de funcionamento da unidade móvel. O universo amostral da pesquisa correspondeu a 14% do total de tutores atendidos no período. Do total de participantes, 89% deram nota ótima ao atendimento prestado na unidade móvel e 11% deu nota boa. Ademais, 100% dos entrevistados recomendariam a unidade móvel do Hospital Veterinário Público do DF para um amigo ou parente (96% nota “ótimo” e 4% nota “bom”). A alta satisfação denota que o modelo empregado também está atendendo a contento ao público.

Durante o ano de 2019, o Hospital Veterinário Público do DF recebeu 13.502 tutores, atendeu 14.819 animais (cães e gatos) e realizou 156.836 procedimentos veterinários (exames de imagem, administração de medicamentos, cirurgias e serviços laboratoriais).



Figura: cirurgia realizada no HVEP

As atividades executadas em 2019 estão acima da meta estipulada no plano de trabalho, portanto, houve o cumprimento integral do objeto pactuado. Além disso, as contas do primeiro ano da parceria com a entidade responsável pela prestação dos serviços no Hospital Veterinário Público do DF foram aprovadas.

O Hospital Veterinário Público do DF também teve suas atividades auditadas em 2019. As notas atribuídas ao serviço prestado no HVEP estão acima da meta pactuada para o termo de colaboração (60% das notas deveriam ser “bom” ou “ótimo” por quesito avaliado). Com base nos resultados apresentados, as metas foram cumpridas ao longo do ano.

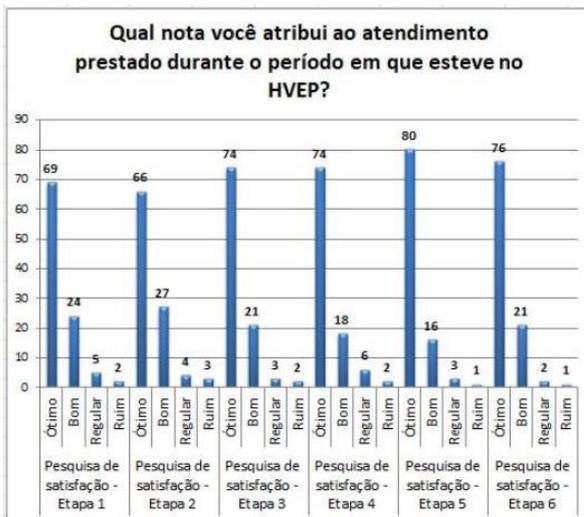


Figura 1. Evolução das notas atribuídas pelos entrevistados com relação ao atendimento veterinário prestado.

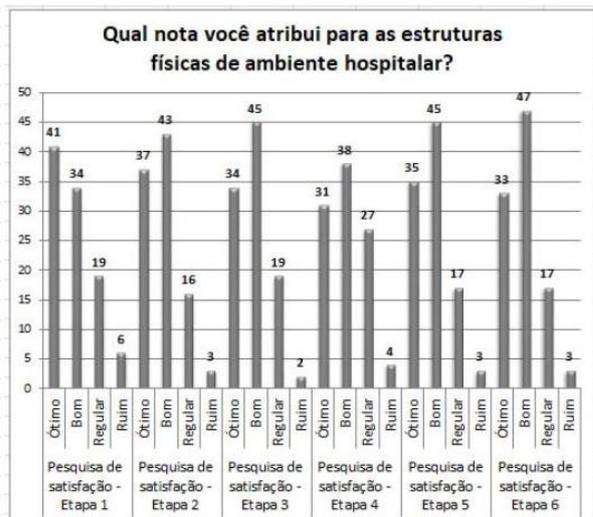


Figura 2. Evolução das notas atribuídas pelos entrevistados com relação a estrutura física do Hvep.

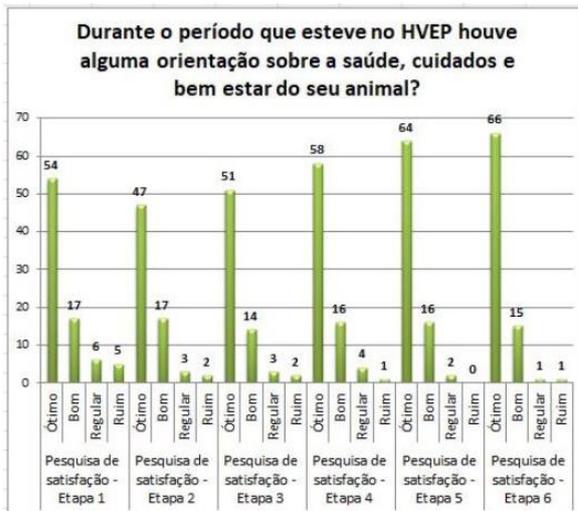


Figura 3. Evolução das notas atribuídas pelos entrevistados com relação a orientação sobre bem estar informada pelos funcionários do Hvep.

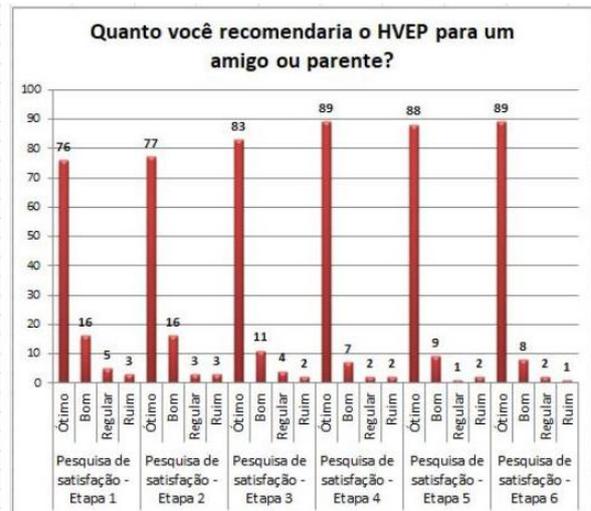


Figura 4. Evolução das notas atribuídas pelos entrevistados com relação a recomendação do Hvep pelos serviços prestados.

Com a notoriedade do Hospital Veterinário Público do DF e das campanhas de castração de 2019, há a previsão de maior aporte financeiro por meio de emendas parlamentares para o ano de 2020. Assim sendo, devem ocorrer mais campanhas de cadastro e maior especialização do atendimento. O ideal é o lançamento de um novo edital de credenciamento de uma nova clínica de castração, com ampliação do número de contratos firmados com o Brasília Ambiental.

Com relação ao programa de monitoramento de médios e grandes mamíferos houve a ampliação do projeto com a aquisição de 40 armadilhas fotográficas, por intermédio de compensação ambiental. Os equipamentos foram recebidos em agosto de 2019 e a disposição das armadilhas ocorreu nos meses seguintes. Foram instaladas 22 câmeras traps, que estão em funcionamento nos seguintes locais: Estação Ecológica Águas Emendadas, Apa de Cafuringa, região do Altiplano Leste e no Parque Ecológico Descoberto.

Outro ponto a se destacar em relação à fauna é a criação amadora de passeriformes. Todo cidadão que deseja criar aves da fauna silvestre em cativeiro, sem interesses comerciais, deve se cadastrar no Sistema Nacional de Gestão dos Criadores Amadores de Passeriformes Silvestres - Sispas. Por obrigação legal, todos os criadores amadores de passeriformes devem renovar anualmente sua licença para criação. Quando a gestão dos criadores era realizada pelo IBAMA, a renovação se dava de forma automática, pois o criador tinha a capacidade de gerar o boleto de pagamento diretamente no site do Sispas. No Brasília Ambiental, todo o processo de renovação de licenças no Sispas vem sendo realizada de forma manual, visto que não existe um serviço de comunicação (WebService) entre o sistema de cobrança do Governo do Distrito Federal e o Sispas, que possa realizar a geração de boletos automaticamente.

Em 2019, todas as 161 solicitações de cadastro novo para o Sispas foram atendidas e os interessados homologados no sistema. Também foram recebidas 1.306 solicitações de renovação de licença no sistema. Desse total, todas foram analisadas, sendo que 1.277 foram atendidas, havendo a emissão de boleto, e 29 solicitações não foram atendidas devido à falta de documentação do interessado. Dos boletos emitidos, 1.130 foram pagos e regularizados no

sistema Sispass e 176 não tiveram o pagamento confirmado, portanto tais processos se encontram com a licença pendente.

Além dos atendimentos via sistema, também foram realizados 262 atendimentos presenciais. Os criadores amadores que foram autuados por infrações ambientais e tiveram a licença suspensa pelos auditores fiscais no sistema Sispass, após a decisão da autoridade julgadora, foram encaminhados para análise para possível retirada de suspensão. Dos 207 processos encaminhados, referentes à licença suspensa ou imputação de infração ambiental, 37 foram analisados e respondidos, 22 aguardam análise e 148 aguardam providências dos interessados.

O Brasília Ambiental e o Programa de Pós-Graduação em Ecologia da Universidade de Brasília (UnB) realizaram uma pesquisa sobre a espécie exótica invasora *Achatina fulica* (caramujo-gigante-africano) no território do Distrito Federal. O objetivo foi mapear a situação desses animais e aferir a percepção do público acerca do tema. A pesquisa irá auxiliar na elaboração do Plano de Prevenção, Erradicação, Controle e Monitoramento desse animal, considerado como uma das cinco espécies prioritárias para combate.

Por fim, em relação à gestão do Sistema Nacional de Gestão da Fauna Silvestre - Sisfauna, foram analisados quatro processos: um referente a mantenedor de fauna, dois sobre criadores comerciais e um sobre revenda de animais vivos. Também foram respondidas diversas solicitações de esclarecimentos sobre a criação ou manejo de animais silvestres, protocolados no Brasília Ambiental.

MONITORAMENTO AMBIENTAL

Queimadas em Parques e Unidades de Conservação

Até o dia 15 de novembro de 2019, foram levantados pelo Programa de Monitoramento de Áreas Queimadas nos Parques e UCs do Instituto Brasília Ambiental – PROMAQ, um total de 686 (seiscentos e oitenta e seis) ocorrências de incêndio florestais numa área total de 27.137,69 ha, em 82 (setenta) Parques e UCs.

A Plataforma de imagens PlanetScope e o Sistema de Alerta de Ocorrência de Incêndios Florestais e Desmatamento foi interrompida no dia 15 de novembro de 2019, pois o contrato para fornecimento dos acessos a esses produtos foram encerrados em dezembro de 2019.

Segue abaixo o Mapa com as áreas de incidência de incêndio verificadas no ano de 2019 em todo o DF.



Figura: Mapa com as áreas de incidência de incêndio em 2019

Identificação das principais causas:

- Queimada criminosa de resíduos na área de amortecimento das UCS, margens de rodovias e dentro de Unidades sem infraestrutura de proteção.
- Queimada criminosa de fios de cobre para comercialização/reciclagem.
- Queimada criminosa de vegetação herbácea exótica para segurança de pedestres dentro das UCs.
- Piromaníacos
- Ritual religioso com velas (P. Águas Claras)
- Queimadas agropastoris
- Invasões e lixões, dentro e nas bordas das UCs
- Queima de fogos de artifício em folia de Reis (primeiro incêndio do ano, ESECAE)

Estratégias utilizadas para redução das queimadas:

1ª Etapa: Educação, Conscientização e capacitação.

- Participação em reuniões de planejamento (PPC IF)
- Planejamento operacional do instituto (anexo).
- Solicitação e acompanhamento de dois cursos de formação de Brigadista Florestal (total de 70 brigadistas capacitados pelo PREVFOGO) em duas UCs do DF (22 a 26 de abril no ESECAE e 13 a 17 de maio no Parque de Águas Claras).
- Participação e disponibilização de material educativo em Blitz educativas coordenadas pela SEMA.



Figura: Treinamento da Brigada

2ª Etapa: Prevenção

- Aceiros e roçagens (NOVACAP/Compensação ambiental, DER/Brigada contratada)
- Manutenção de estradas (Compensação ambiental, DER)
- Aquisição de ferramentas e EPIs, Compensação Ambiental
- Aquisição de duas viaturas de combate a incêndios
- Treinamento de servidores e brigadistas para utilização dos equipamentos instalados nas viaturas adaptadas para o combate a incêndio.
- Aceiro Negro, ESECAE(14km, 3 dias), 18,19 e 20 de julho.
- Queima Prescrita na ESECAE (18 de junho/ 40 hectares)
- Contratação de Brigada Especializada temporária (142 Brigadistas por 3 meses)
- Solicitação de autorização e remanejamento de dois brigadistas para vigilância dos focos de incêndio nos mirantes da torre de TV e torre de TV digital.
- Distribuição da Brigada em 9 bases estratégicas (com veículos), mais 10 postos avançados com brigadistas fixos, conforme mapa abaixo:



Figura: Mapa de distribuição das 9 bases estratégicas

3ª Etapa: Fiscalização e Combate aos incêndios florestais e controle de queimadas

- Rondas e atendimento de chamadas com auditores ambientais.
- Rondas e combate com a brigada florestal (102 Relatórios preenchidos pela brigada)

- Auxílio aos combates em Unidades Federais (PNB, FLONA e REBIO da Contagem)
- Acionamento e solicitação de apoio e equipamentos de combate ao CBMDF



Figura: Preparação para a atuação da Brigada

4ª Etapa: Pós Incêndios, período de chuvas.

- Recuperação de área degradada e plantio de mudas, nos Parques Asa Sul, Riacho fundo, Águas Claras, Saburo Onoyama
- Roçagens e coroamento de mudas
- Manejo de espécies Exóticas (Asa Sul, Saburo, Sobradinho, Parque Nacional)
- Manutenção de cercas
- Manutenção do Viveiro de Mudas (Riacho Fundo)
- Podas e manutenção de estradas (ESECAE)
- Auxílio a projetos de pesquisa e cursos (RAPELD-ESECAE)
- Educação Ambiental (Sucupira-Planaltina)
- Auxílio na implementação de trilha, sinalização e construção de pontes no Parque Copaíbas.

Programa de Monitoramento da Qualidade do AR

O Monitoramento da Qualidade do Ar foi, recentemente, regulamentado pela Resolução CONAMA nº. 491/2018 (que substituiu a Resolução CONAMA nº 03/1990), que dispõe sobre os padrões de qualidade do ar.

Com relação a este Programa, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Coleta dos dados das estações em funcionamento para os parâmetros Material Particulado - MP10, Partículas Totais em Suspensão – PTS e Fumaça
- Processamento das Informações em laboratório
- Elaboração e disponibilização dos Relatórios Mensais sobre a Qualidade do Ar (<http://www.ibram.df.gov.br/programa-de-monitoramento-da-qualidade-do-ar-do-df/>)
- Tratativas junto ao MMA para aprimoramento da rede de monitoramento
- Levantamento das Demandas de Aquisição para o programa em 2020

Gerenciamento de Áreas Contaminadas

Trata-se da condução do processo de investigação, análise de riscos, remediação e monitoramento de áreas contaminadas por substâncias químicas. Dentre as atividades realizadas no ano de 2019, destacamos as seguintes:

- Desenvolvimento do fluxo de processo entre as áreas envolvidas com o tema, incluindo a colaboração para inclusão de novas condicionantes.
- Análise Processual específica de empreendimentos com cenários de contaminação.
- Capacitação de Pessoal.
- Definição de Aquisições de Equipamentos/Insumos para aprimoramento das análises.

Comissão Distrital do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida às Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (CD-P2R2)

O Brasília Ambiental além da atuação como órgão executor, também é responsável pela secretaria executiva da CD-P2R2 e, com base em suas obrigações regimentais, desenvolveu as seguintes ações:

- Atendimento às ocorrências de emergências ambientais com produtos químicos perigosos
- Consolidação, aprovação e publicação do Regimento Interno da Comissão.
- Elaboração das Atas das Reuniões.
- Publicação da Instrução com a Oficialização dos representantes dos órgãos.
- Criação do ambiente SEI da Comissão.
- Consolidação dos dados sobre emergências ambientais ocorridas no território do Distrito Federal para criação de Banco de Dados.
- Levantamento das potencialidades e carências do Instituto para cumprimento de suas obrigações na Comissão e nas situações de Emergência.
- Capacitação de Pessoal.
- Melhoria dos termos de referência e do processo de análise dos Planos de Atendimento à Emergência e Plano de Contingência para aprimoramento dos processos de Licenciamento Ambiental.



Figura: acidente com caminhão de combustíveis na Rodovia BR-020 - Ocorrência em 23/05/2019

AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

A Fiscalização Ambiental passou em 2019 por uma reestruturação administrativa que proporcionou migração de uma fiscalização eminentemente reativa, baseada nas demandas da ouvidoria e de órgãos de controle (ex.: Ministério Público), para uma fiscalização proativa, com foco em ações de inteligência e planejamento operacional.

Dentre as operações realizadas destacamos as seguintes:

Poluição Sonora

Detentores da maior quantidade de denúncias, os bares, restaurantes e estabelecimentos comerciais da capital foram objeto de fiscalização em todas as regiões administrativas do DF. Provocado pela alta quantidade de registros na Ouvidoria do Governo do Distrito Federal, bem como nas administrações regionais, órgãos de polícia, recomendações do Ministério Público, PGDF e órgãos do poder judiciário, o Brasília Ambiental atuou de forma incisiva para combater possíveis desrespeitos à Lei. Além das ações fiscais ordinárias, destacam-se as operações Carnaval 2019 e Fiscalização do Evento “Na Praia” e ainda a realização de operações conjuntas com diversos órgãos: PMDF, Polícia Civil, Detran, CBMDF e DF-LEGAL.

As ações de combate à poluição sonora podem ser verificadas conforme quadro a seguir:

Auditoria e Fiscalização - Poluição Sonora	Resultados em 2019
Quantidade de Denúncias (Ouvidoria, MPDFT, TJDFT, Adm. Regionais)	3.900
Quantidade de Ações Fiscais	1.831
Quantidade de Penalidades Aplicadas (Advertência, Multa, Interdição Parcial e Total)	480
Quantidade de Interdições (Parcial e Total)	33
Quantidade de Multas Aplicadas	99
Valores em Multas Aplicadas	R\$ 1.325.797,96

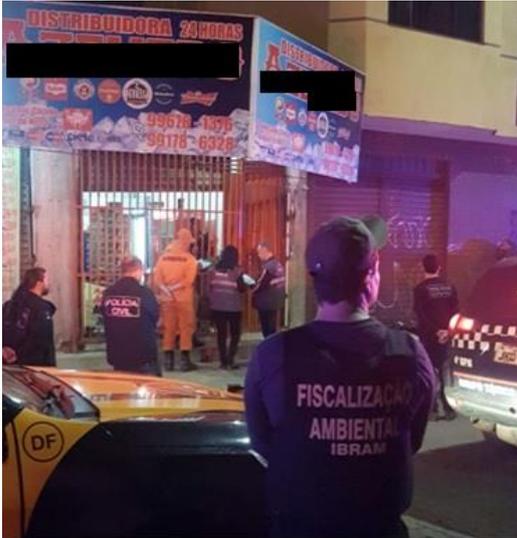


Figura: Operação Fiscal de combate à Poluição sonora na Cidade Estrutural

Unidades de Conservação

Considerando a importância da temática para a população do Distrito Federal, foram realizadas, pelo Brasília Ambiental, ações de fiscalização em diversas destas unidades conforme detalhamento a seguir:

- Parque Ecológico Burle Marx: alvo de cinco ações de desocupação em 2019. Realizaram-se ações de fiscalização para a retirada de resíduos sólidos e de invasores, de fiscalização das obras de drenagem e da bacia de contenção, linhas de transmissão e de outras construções na área. Em dezembro/2019 essa unidade encontra-se cercada e sem ocupações irregulares (salvo o pátio do Detran e a Apub, ambos a serem realocados quando da finalização do Plano de Manejo);
- Parque Ecológico Ezequias Heringer: Está em processo de desocupação e é alvo de operação conjunta com diversos órgãos públicos. Em setembro de 2019 foi realizada uma operação de fiscalização, culminando com a lavratura de autos de infração ambiental em todas as ocupações irregulares remanescentes da operação 2017/2018 e foram emitidas intimações demolitórias. A referida unidade de conservação está apta à operação de demolição pelo Comitê de Gestão Integrada do Território;
- Parque Ecológico Asa Sul: Está em processo de desocupação e está sendo alvo de operação conjunta com diversos órgãos públicos. Em dezembro de 2019 foi realizada uma operação culminando com a lavratura de 63 autos de infração ambiental em todas as ocupações irregulares e foram emitidas intimações demolitórias. A referida unidade de conservação está apta à operação de demolição pelo Comitê de Gestão Integrada do Território;
- Parque Ecológico Riacho Fundo: Alvo de constante fiscalização a fim de preservar, em especial, as nascentes e córregos das ocupações irregulares, de lançamento inadequado de efluentes líquidos e de deposição irregular de resíduos. Foram realizadas cerca de cinco operações na área, todas relatadas no processo SEI 0391-00002421/2019-09, e foram desconstituídas mais de 50 ocupações irregulares.

- Parque Distrital das Copaíbas: Alvo de operação conjunta com diversos órgãos públicos iniciada em julho de 2018 e que se estendeu até a completa remoção das ocupações irregulares. Essa unidade foi recém-inaugurada (15/12/2019) para o lazer de pedestres e ciclistas, sendo proibida a entrada de veículos motorizados, salvo na área de estacionamento destinado.
- Parque de Uso Múltiplo Vila Planalto: Alvo de constante monitoramento, em agosto de 2019 teve autos de infrações lavrados em desfavor de 11 estabelecimentos, que insistem em permanecer na área.
- Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília: Alvo de operação em julho de 2019, com vistas a coibir passivos ambientais no interior da estação, bem como em suas zonas de amortecimento. Foi executado, além da repressão de casos de flagrante, o monitoramento dos processos de autos de infração lavrados em operação da Superintendência de Fiscalização, Auditoria e Monitoramento e julgados em primeira instância, já que não houve recurso tempestivo e pertinente à instância superior.
- Outras unidades: Também foram alvos de ações pontuais de repressão a ilícitos, diversas outras unidades de conservação do Distrito Federal em 2019, a exemplo a Estação Ecológica de Águas Emendadas, o Parque Ecológico Olhos D'Água, o Parque Sementes do Itapoã.

Em relação às ocupações irregulares, 49 Unidades de Conservação possuem alguma forma de ocupação irregular nos seus limites. Vale ressaltar que o Parque Irmãos Afonso Haus e o Parque Lagoinha estão totalmente ocupados pela Vila São José em Vicente Pires e pelo Setor Habitacional Sol Nascente respectivamente.

Dessa forma, criou-se a Operação *Usus Inadequali*, com o objetivo de reprimir e retirar todas as ocupações irregulares do interior da poligonal e das zonas de amortecimento dessas áreas ambientalmente sensíveis e protegidas, que será replicada em 2020.



Figura: Ação de fiscalização com equipamento Drone no Parque Ecológico Riacho Fundo

Supressão de Vegetação

No decorrer do ano, foram lavrados 40 (quarenta) autos de infração ambiental com a descrição por supressão de vegetação nativa sem autorização ambiental.

Com o auxílio do Sistema de Alertas Semanais de Desmatamento, os Auditores Fiscais passaram a realizar o monitoramento remoto das áreas desmatadas do Distrito Federal. Após

a comprovação da materialidade e autoria *in loco*, foram aplicados 12 (doze) autos de infração oriundos dos alertas de desmatamento, fato que denota a importância do referido sistema.

Setor Madeireiro

No ano de 2019, foram fiscalizados e monitorados *in loco* 103 (cento e três) estabelecimentos que comercializam produtos florestais nativos no Distrito Federal, sendo que, deste total, 21 (vinte e uma) empresas foram autuadas por infração ambiental cometida junto ao sistema DOF, sendo lavradas as penalidades de multa pecuniária, advertência e suspensão/bloqueio cautelar junto ao SINAFLOM módulo DOF, além de apreensão de produtos florestais nativos sem a comprovação de sua origem.

Incêndios Florestais

Nos meses de seca no Distrito Federal, e através da ferramenta de Sistema de Alertas Semanais de Desmatamento, os Auditores Fiscais passaram a realizar o monitoramento remoto das áreas queimadas do Distrito Federal, bem como reprimir eventuais condutas ilegais.

Uso e Ocupação do Solo – Parcelamentos e ocupações em Áreas de Preservação Permanente

Em 2019, tramitaram pelo Brasília Ambiental mais de 1.500 processos com solicitações de auditoria e ação fiscal, incluindo processos criados no Brasília Ambiental e os provenientes de outros órgãos externos (DEMA, Ministério Público, CIOB , DF- LEGAL).

Pela importância da temática e sensibilidade ambiental das áreas ocupadas de forma irregular, as atuações de abordagem foram intensas e geraram os seguintes números:

Auditoria e Fiscalização - Uso e Ocupação do Solo	Resultados em 2019
Quantidade de Denúncias e apurações internas (Ouvidoria, MPDFT, TJDFT, Adm. Regionais)	1.500
Quantidade de Relatórios de Auditoria e Fiscalização	420
Quantidade de Penalidades Aplicadas (Advertência, Multa, Interdição Parcial e Total)	32
Valores em Multas Aplicadas	R\$ 2.778.757,00

Por fim, salientamos ainda que, em atendimento ao cronograma de operações do Comitê de Gestão Integrada do Território do DF, foram realizadas ações para desconstituição de edificações irregulares em locais de proteção ambiental. As ações ocorreram principalmente nas Regiões Administrativas do Sol Nascente, Taguatinga, São Sebastião, dentre outras localidades.



Figura: Ação fiscal em APP de curso d'água para combater a degradação das margens.

Fauna

No ano de 2019, o Brasília Ambiental pautou sua atuação em diversas operações fiscais de apuração de infrações relacionadas à caça, pesca, criação de animais silvestres, maus-tratos, bem-estar animal, SISPASS, aviculturas, suinoculturas, abatedouros, tráfico de animais, VTAs, atividades licenciáveis rurais, das quais cabe destacar:

Operação Ruas

Operação cujo objetivo é identificar criadores irregulares de aves, sem qualquer autorização para tanto, a fim de reprimir a criação e manutenção de aves silvestres em cativeiro doméstico ilegal. Seguem os números obtidos com as ações:

Auditoria e Fiscalização - Operação Ruas	Resultados em 2019
Quantidade de Autos de Infração Ambiental	42
Quantidade de Animais Apreendidos	69
Quantidade de Produtos de fauna Apreendidos	3
Valores em Multas Aplicadas	R\$182.994,00



Figura: Animais apreendidos na Operação

Operação SISPASS e Operação Permanente de Combate à Fraude em Selo Público (ANILHAS)

As ações envolvendo o SISPASS tem o objetivo de apurar a existência de irregularidades em criadores cadastrados nesse sistema ou cuja solicitação para se tornar criador foi indeferida recentemente pelo Brasília Ambiental, abrangendo as diversas Regiões Administrativas.

Uma das formas utilizadas para o “esquentamento” de animais é feita por meio da declaração falsa de nascimento, quando o criador declara no sistema que houve o nascimento de filhotes em cativeiro, insere dados de anilhas no sistema, no entanto tais anilhas são utilizadas para a marcação de animais capturados na natureza, pelo próprio criador ou não.

A Operação tem o objetivo de designar auditores fiscais do Brasília Ambiental para entregarem pessoalmente as anilhas solicitadas, visando coibir as irregularidades praticadas por criadores amadores de passeriformes no exercício da licença, sobretudo no que tange às declarações de nascimento, bem como analisar a conformidade das anilhas fornecidas pela fabricante quanto às especificações técnicas exigidas.

Maus Tratos

No ano de 2019 foram realizadas as seguintes operações para coibir situações de maus tratos às quais os animais domésticos e silvestres podem ser submetidos em seus diferentes ambientes:

- Feiras
- Veículos de tração animal
- Ambiente doméstico

No referente às operações acima, foi obtido o seguinte resultado:

Auditoria e Fiscalização - Maus Tratos	Resultados em 2019
Quantidade de Autos de Infração Ambiental	9
Quantidade de Animais Verificados	241
Quantidade de Animais Apreendidos	10
Quantidade de Produtos de fauna Apreendidos	3
Valores em Multas Aplicadas	R\$13.982,00



Figura: Animal vítima de maus tratos

Resumo das ações fiscais realizadas pelo Brasília Ambiental referente à fauna:

Auditoria e Fiscalização - Resumo das Ações Relativas à Fauna	Resultados em 2019
Quantidade de Ações Fiscais	899
Quantidade de Autos de Infração Ambiental	226
Quantidade de Atividades Embargadas	3
Quantidade de Animais Apreendidos	781
Valores em Multas Aplicadas	R\$1.730.099,23

Atividades Licenciáveis

No tocante à fiscalização de empreendimentos licenciáveis, o Brasília Ambiental realizou diversas operações para verificação de cumprimento de condicionantes emitidas pelo órgão nos anos de 2016 a 2019. Cabe destacar ainda operações no sentido de verificar possíveis barramentos de água existentes no Distrito Federal.

Essas ações resultaram nos seguintes números:

Auditoria e Fiscalização - Atividades Licenciáveis	Resultados em 2019
Quantidade de Ações Fiscais	741
Quantidade de Autos de Infração Ambiental	154
Valores em Multas Aplicadas	R\$1.157.420,71

Julgamento dos Autos de Infração Ambiental

Atualmente, o processo de julgamento de autos de infração é realizado pela Câmara de Instrução e Julgamento de Auto de Infração – CIJU, nos termos da Instrução Normativa 15/2019, sendo que a análise do processo é realizada por 2 (duas) comissões, uma composta por servidores responsáveis pela análise dos autos expedidos e outra composta pelo Secretário-Geral e os Superintendentes do Instituto.

Durante o exercício de 2019 foram julgados 1.078 Autos de Infração e exaradas 1.637 notificações.

Para 2020, o Brasília Ambiental estabeleceu como prioridades a manutenção da celeridade no processo de julgamento e o aumento no percentual de notificações.

DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

De um modo geral, as principais dificuldades vividas pelo Brasília Ambiental foram: a desproporcionalidade de recursos humanos em relação à quantidade de atividades; infraestrutura tecnológica inadequada; baixa disponibilidade e defasagem dos aparelhos utilizados em vistorias e operações fiscais; frota de veículos insuficiente para atender às atividades que requerem o seu uso; falta de investimento em cursos de aperfeiçoamento e qualificação da equipe técnica; má qualidade técnica dos estudos apresentados pelos empreendedores e seus consultores ambientais; morosidade apresentada pelos empreendedores-devedores na assunção do compromisso e, posteriormente, na execução plena das ações relativas às compensações ambientais e florestais; dificuldade de manutenção das equipes técnicas, incluindo os estagiários; dificuldade na gestão da informação com controle de prazos, filas e grande volume de demandas externas diversas, que diminuem o fluxo e ritmo da análise ambiental específica dos processos de licenciamento.

Outro ponto importante é a dificuldade existente no acompanhamento de condicionantes e no tempo médio de análise técnica. No primeiro caso, espera-se que, com a reestruturação organizacional e a criação do novo regimento interno, essa atribuição seja definida de forma clara, bem como exista um alinhamento entre as áreas do Brasília Ambiental que atuam em todo o processo transversal de licenciamento. Além disso, é essencial a informatização e uma gestão ambiental que tenha uma base tecnológica à disposição do Instituto. Quanto ao tempo de análise, vários fatores são importantes para que se alcance melhores resultados: TI, recursos humanos suficientes e capacitados, padronização interna, melhor interface com os empreendedores, entre outras medidas.

Dentre as iniciativas necessárias para a continuidade dos trabalhos de melhoria, podemos destacar: capacitação técnica, ampliação da padronização e da organização interna, avanços no teletrabalho, revisão de normativos distritais e a realização de *workshops* técnicos para os consultores e consultorias ambientais.

Mesmo diante das dificuldades ao longo do ano, ocorreram entregas importantes e um crescimento da produtividade em diversas áreas, principalmente no licenciamento ambiental. Contudo, maiores investimentos e esforços são necessários para proporcionar uma prestação

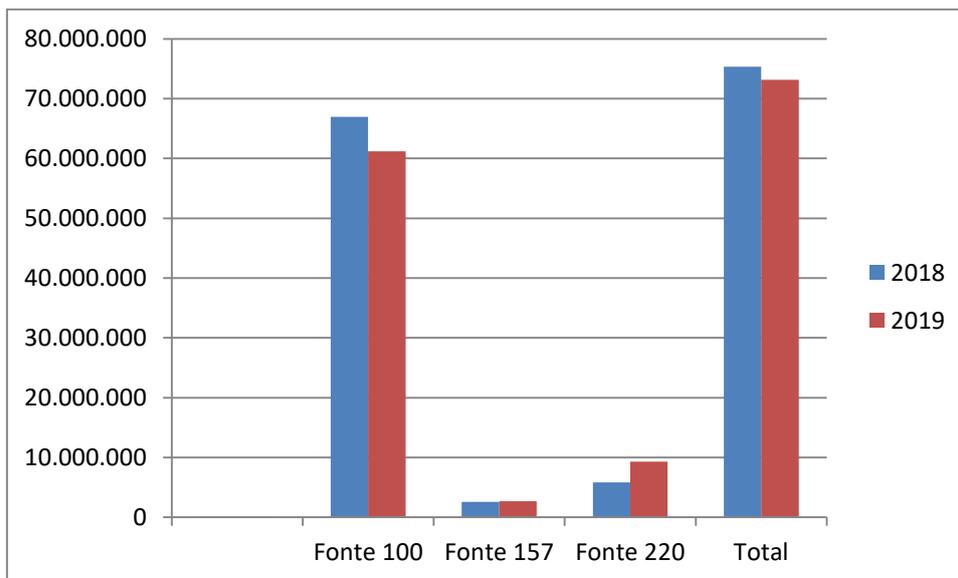
de serviço eficiente e eficaz, com entregas positivas para a sociedade, e visando a manutenção e o controle do meio ambiente equilibrado.

No que tange à execução orçamentária, a Lei nº 6.254, de 09 de Janeiro de 2019, disponibilizou ao Brasília Ambiental o montante inicial R\$ 73.139.521,00 (setenta e três milhões cento e trinta e nove mil quinhentos e vinte e um reais), sendo distribuídos em 31 programas de trabalho.

Em relação à LOA 2018, foi observada uma redução de 3%, conforme informações demonstradas a seguir, por fonte de recurso:

Fonte de Recursos	2018	2019	Varição
Fonte 100	R\$ 66.947.470	R\$ 61.188.804	- 8,6%
Fonte 157	R\$ 2.588.570	R\$ 2.672.611	+ 3,3%
Fonte 220	R\$ 5.809.094	R\$ 9.278.106	+ 59,7%
Total	R\$ 75.345.134	R\$ 73.139.521	- 2,9%

Fonte: SIGGO – Quadro Detalhamento Despesas (Posição 02/01/2020)



Conforme apresentado, observa-se que o orçamento inicial de 2019 caracterizou-se por uma redução nominal expressiva da fonte do tesouro (100), com correspondente aumento na fonte própria do Brasília Ambiental (220).

No decorrer do exercício, em razão da baixa arrecadação no período, o Instituto atrasou pagamentos de fornecedores e, de forma recorrente, demandou a Secretaria de Economia por remanejamentos e créditos adicionais. A concentração orçamentária de receita própria (220), em alguns programas de trabalho, e a frustração na expectativa de arrecadação justificam a falta de execução orçamentária integral dos programas de trabalho apresentados na primeira parte deste relatório.

Quanto à disponibilização de recursos por categoria de gastos, as despesas com pessoal apresentaram uma variação a maior em relação ao exercício anterior de 15%.

No entanto, as despesas correntes (grupo 3), essenciais ao funcionamento do órgão, apresentaram uma redução de 18,1%, com acentuada necessidade de suplementação, sobretudo para atender às despesas com serviços continuados e com o Hospital Veterinário Público. Ressalta-se ainda que não foram disponibilizados os recursos para investimentos (grupo 4) na LOA 2019.

Categoria de Gastos	2018	2019	Variação
Grupo 1	R\$ 60.907.356	R\$ 61.823.400	+ 15,0%
Grupo 3	R\$ 13.827.778	R\$ 11.316.121	- 18,1%
Grupo 4	R\$ 610.000	-	- 100,0%
Total	R\$ 75.345.134	R\$ 73.139.521	- 2,9%

Fonte: SIGGO – Quadro Detalhamento Despesas (Posição 02/01/2020)

Em face à redução de 2,9% no orçamento de 2019, em relação ao ano anterior, fez-se necessário um conjunto de remanejamentos, conforme demonstrado a seguir:

Fonte de Recursos	2018	2019	Variação (%)
1. Dotação Inicial	R\$ 75.345.134	R\$ 73.139.521	-2,9%
2. Suplementações			
(+) Suplementação para Folha de Pessoal	R\$ 2.808.881	R\$ 7.841.950	179,2%
(+) Suplementação para Hospital Veterinário	-	R\$ 1.100.000	100,0%
(+) Emendas Parlamentares	R\$ 71.825	R\$ 3.191.000	4.342,7%
(+) Efetuados via SUOP	R\$ 2.450.000	-	-100,0%
(+) Superávit de Convênios	R\$ 103.540	-	-100,0
(+) Descentralizações	R\$ 7.990	R\$ 600.000	7.409,4%
3. Cancelamentos/Bloqueios			
(-) Contingenciamentos/Bloqueios	R\$ 984.750	R\$ 157.688	-83,9%
(-) Cancelamentos Efetuados pela SUOP	R\$ 70.000	-	-100,0%
(-) Emendas Parlamentares	R\$ 906.000	R\$ 300.000	-66,9%
(-) Descentralização Secretaria de Cultura	R\$ 71.825	-	-100,0%
4. (=) Despesa Autorizada (1 + 2 – 3)	R\$ 78.754.795	R\$ 85.414.783	8,5%
5. (-) Limitação de Empenho – Fonte 157		R\$ 901.902 ¹	100,0%
6. (-) Limitação de Empenho – Fonte 220		R\$ 1.588.379 ²	100,0%
7. (=) Despesa Autorizada Real (4 - 5 - 6)	R\$ 78.754.795	R\$ 82.924.502	5,3%
8. Despesa Executada	R\$ 78.754.795	R\$ 80.340.704	2,0%
9. Índice Execução (8 ÷ 7)	100,0%	96,9%	-

Fonte: SIGGO – Quadro Detalhamento Despesas (Posição 02/01/2020)

¹ Montante correspondente à frustração de receitas ocorrida no exercício, resultante da diferença entre a projeção de R\$ 2.672.611 e o valor arrecadado de R\$ 1.770.709.

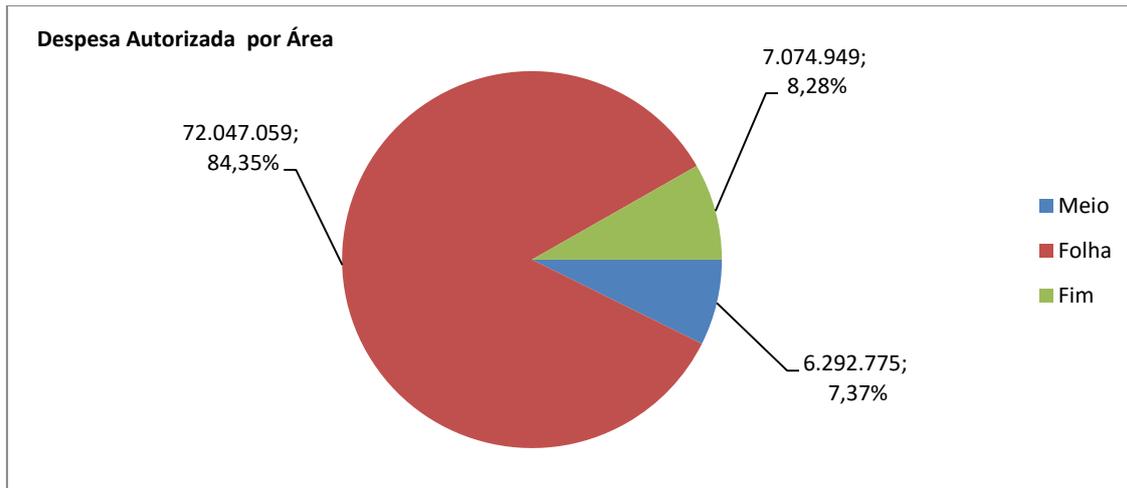
² Montante correspondente à frustração de receitas, ocorrida no exercício, resultante da diferença entre a projeção de R\$ 9.278.106 e o valor arrecadado de R\$ 7.689.727.

Em relação às alterações orçamentárias ocorridas durante o exercício de 2019, destacam-se as suplementações que totalizaram R\$ 12.732.950 para custear despesas com: pessoal, termo de cooperação para funcionamento de Hospital Veterinário Público, Emendas Parlamentares

(custeio de despesas com castração; funcionamento do HVEP; serviços continuados de parques e unidades geridas pelo órgão); assim como descentralização de créditos, efetuada pela Secretaria de Mobilidade, a fim de aquisição de veículos de combate a incêndios florestais.

Observa-se ainda que a despesa autorizada consignada no Quadro Detalhamento Despesa para o exercício totalizou R\$ 85.414.783, um percentual 8,46% maior em relação ao exercício anterior e 16,8% superior à versão inicial da LOA 2019.

A seguir é demonstrada a alocação do montante apresentado, conforme o tipo de despesa:



Diante da despesa executada de R\$ 80.340.704, a execução orçamentária atingiu apenas 94,06% da despesa autorizada. No entanto, há de se analisar, de forma mais detida, que o crescimento apresentando na despesa autorizada, em forma de disponibilidade orçamentária, não se refletiu em disponibilidade financeira para o Instituto, pelas frustrações de receita nas fontes 157 e 220, na ordem de 33,75% e 17,12%, respectivamente. Tal cenário culminou nas limitações de empenho nos montantes de R\$ 901.902 e R\$ 1.588.379.

Desta maneira, se consideradas as referidas frustrações de receita, a despesa autorizada real resultaria no total de R\$ 82.924.502 milhões, que comparado às despesas empenhadas resultaria no índice apresentado na tabela, correspondendo a uma execução orçamentária de 96,9%.

Para o exercício de 2020, espera-se que o orçamento seja mais adequado à realidade do Brasília Ambiental e que a arrecadação própria se recupere em relação ao montante apurado em 2019. A expectativa é positiva, considerando a aprovação da Lei nº 6.435/2019, que instituiu o Cadastro Técnico Distrital de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, e criou a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA-DF, com potencial real de aumento significativo de receita para o Instituto.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:

Agente de Planejamento: CAROLINE MOREIRA BORBA GUARACIABA MARTINS

Agente de Planejamento: DANIEL MORAES FERREIRA

Agente de Planejamento: LIANA SOUSA MARTINS

Agente de Planejamento: DIOGO PRIETO CHAVES (Chefe da Unidade de Planejamento Substituto)

Agente de Planejamento: FELIPE CAMPOS DUARTE (Chefe da Unidade de Planejamento)

Nome do Titular da Unidade Orçamentária: EDSON GONCALVES DUARTE

Nome do Ordenador de Despesas da Unidade Orçamentária: RICARDO RORIZ